

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	87
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	89
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	90
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	56.058.315
Preferenciais	0
Total	56.058.315
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	33.975.030	25.952.485
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.214.647	1.731.958
1.01.01	Caixa	64.658	75.723
1.01.02	Aplicações de Liquidez	2.149.989	1.656.235
1.01.02.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.149.989	1.656.235
1.02	Ativos Financeiros	30.094.622	22.503.881
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	116.112	292.025
1.02.01.01	Aplicações Depósitos Interfinanceiros	116.112	292.025
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	138.991	387.244
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	138.991	387.244
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	11.474.655	10.244.116
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	11.474.655	10.244.116
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	18.364.864	11.580.496
1.02.04.04	Operações de Crédito	17.710.022	11.286.821
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-439.476	-371.331
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	1.094.318	665.006
1.03	Tributos	1.408.463	1.445.466
1.03.03	Outros	1.408.463	1.445.466
1.03.03.01	Crédito Tributário	1.315.879	1.346.769
1.03.03.02	Impostos e Contribuições a Compensar	92.584	98.697
1.04	Outros Ativos	28.639	30.285
1.04.03	Outros	28.639	30.285
1.06	Imobilizado	111.989	129.085
1.06.01	Imobilizado de Uso	359.426	359.187
1.06.03	Depreciação Acumulada	-247.437	-230.102
1.07	Intangível	116.670	111.810
1.07.01	Intangíveis	370.556	344.168
1.07.03	Amortização Acumulada	-253.886	-232.358

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	33.975.030	25.952.485
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	25.131.816	19.267.380
2.02.01	Depósitos	8.690.286	6.420.521
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	119.997	200.018
2.02.04	Outras Captações	16.321.533	12.646.841
2.02.04.01	Recursos Letras Imobiliárias e Hipotecária, Debêntures e Similares	300.516	251.192
2.02.04.02	Obrigações por Empréstimos	52.968	71.095
2.02.04.03	Obrigações por Repasse do País - Instituições Oficiais	616.360	666.289
2.02.04.05	Sociais e Estatutárias	3.611	250.682
2.02.04.06	Fundos Financeiros de Desenvolvimento	14.034.768	9.253.604
2.02.04.07	Outros Passivos Financeiros	141.412	102.101
2.02.04.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	34.026	1.000.347
2.02.04.09	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.077.563	1.043.951
2.02.04.10	Demais Instrumentos Financeiros	60.309	7.580
2.03	Provisões	3.479.105	3.528.484
2.03.01	Provisões para Pagamento a Efetuar	131.420	115.149
2.03.02	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	1.464.321	1.502.754
2.03.03	Provisão para Passivos Atuariais	1.126.559	1.159.977
2.03.04	Provisão para Demandas Judiciais	220.616	164.396
2.03.05	Provisão para Plano Saldados	535.840	585.859
2.03.06	Provisões Diversas	349	349
2.04	Passivos Fiscais	482.297	211.668
2.04.01	Fiscais e Previdenciárias	468.468	202.603
2.04.02	Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos	13.829	9.065
2.07	Patrimônio Líquido	4.881.812	2.944.953
2.07.01	Capital Social Realizado	3.654.918	1.623.252
2.07.01.01	Capital Realizado	3.654.918	1.623.252
2.07.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.07.03	Reservas de Reavaliação	17.879	18.480
2.07.04	Reservas de Lucros	1.314.588	1.875.067
2.07.04.01	Reserva Legal	215.580	193.622
2.07.04.02	Reserva Estatutária	994.617	1.681.445
2.07.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	104.391	0
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	388.069	0
2.07.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-495.895	-574.099

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	819.322	2.361.322	397.379	909.316
3.01.01	Operações de Crédito	365.521	1.091.634	203.032	467.740
3.01.02	Resultado Oper. Tít. Val. Mobiliários	451.315	1.267.980	187.772	435.659
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	2.486	1.708	6.575	5.917
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-515.256	-1.513.031	-267.361	-562.774
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-210.734	-521.751	-50.115	-105.107
3.02.02	Operações de Emprést. Cessões e Repasses	-247.907	-805.916	-151.715	-323.453
3.02.03	Provisão Oper. Crédito e Outros Créditos	-56.615	-185.364	-65.531	-134.214
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	304.066	848.291	130.018	346.542
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	338.082	519.207	160.647	615.014
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	251.455	756.890	176.251	633.776
3.04.03	Despesas com Pessoal	-161.543	-498.522	-144.694	-418.723
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-79.657	-227.238	-80.334	-209.209
3.04.05	Despesas Tributárias	-42.737	-122.197	-32.712	-107.554
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	505.645	1.252.948	332.319	1.130.581
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-135.081	-642.674	-90.183	-413.857
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	642.148	1.367.498	290.665	961.556
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-254.320	-540.509	-168.878	-537.131
3.06.01	Corrente	-224.612	-568.043	-153.458	-517.343
3.06.02	Diferido	-29.708	27.534	-15.420	-19.788
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	387.828	826.989	121.787	424.425
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	387.828	826.989	121.787	424.425
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	387.828	826.989	121.787	424.425
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	6,918	14,752	4,108	14,316
3.99.01	Lucro Básico por Ação	6,918	14,752	4,108	14,316
3.99.01.01	ON	6,91829	14,7523	4,10806	14,31646

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	387.828	826.989	121.787	424.425
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	24.063	78.805	13.005	16.998
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	30.511	-96	-20.834	-73.409
4.02.01.01	Próprios - TVM Ajuste	54.843	-824	-53.079	-148.695
4.02.01.02	Efeito Fiscal	-24.332	728	32.245	75.286
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	-6.448	78.901	33.839	90.407
4.02.02.01	Prórios - Del. CVM nº695/2012	-11.765	142.697	67.227	168.743
4.02.02.02	Efeito Fiscal	5.076	-64.397	-33.613	-78.948
4.02.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	444	1.088	450	1.095
4.02.02.04	Efeito Fiscal	-203	-487	-225	-483
4.04	Resultado Abrangente do Período	411.891	905.794	134.792	441.423

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.965.694	-782.057
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	1.468.378	860.188
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	1.367.498	961.556
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	100.880	-101.368
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	497.316	-1.642.245
6.01.02.01	Redução/(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários para Negociação	223.950	-9.164
6.01.02.02	Redução em Outros Valores e Bens	157	115
6.01.02.03	Redução/(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	175.912	-114.207
6.01.02.04	(Aumento) em Relações Interfinanceiras e Interdependências	-367.957	-50.902
6.01.02.05	(Aumento) em Operações de Crédito	-6.556.582	-4.372.084
6.01.02.06	Redução em Outros Créditos	61.636	94.407
6.01.02.07	Aumento em Depósitos	2.269.765	796.657
6.01.02.08	(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-68.056	-18.443
6.01.02.09	(Redução)/Aumento em Captações Mercado Aberto	-30.697	38.111
6.01.02.10	Aumento em Outras Obrigações	4.963.039	2.245.633
6.01.02.11	IR e CS pagos	-173.851	-252.368
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.233.560	1.087.930
6.02.01	(Aumento) em TVM Disponíveis para Venda	-3.452.869	-1.264.419
6.02.02	Redução em TVM Disponíveis para venda	2.222.234	2.312.449
6.02.03	(Aumento) em TVM Mantidos até o vencimento	-962	-17.400
6.02.04	Redução em TVM Mantidos até o vencimento	25.266	69.382
6.02.06	Adição em Imobilizado de Uso	-1.168	-1.007
6.02.07	Alienação em Imobilizado de Uso	327	399
6.02.08	Aplicação do Intangível	-26.388	-11.474
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-249.445	-104.828
6.03.01	Instrum.de Dívida Elegíveis a Capital - pagos	-46.311	-27.791
6.03.02	Juros sobre Capital Próprio pagos	-203.134	-77.037
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	482.689	201.045
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.731.958	503.570
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.214.647	704.615

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.623.252	2.253	1.875.067	-574.099	0	18.480	2.944.953
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.623.252	2.253	1.875.067	-574.099	0	18.480	2.944.953
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.031.666	0	-895.609	0	-104.391	0	1.031.666
5.04.01	Aumentos de Capital	2.031.666	0	-1.000.000	0	0	0	1.031.666
5.04.06	Dividendos	0	0	104.391	0	-104.391	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	78.204	826.989	0	905.193
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	826.989	0	826.989
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	78.204	0	0	78.204
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	78.204	0	0	78.204
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	335.130	0	-334.529	-601	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	335.130	0	-335.130	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	1.088	-1.088	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	-487	487	0
5.07	Saldos Finais	3.654.918	2.253	1.314.588	-495.895	388.069	17.879	4.881.812

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.623.252	2.253	1.332.932	-560.899	0	19.259	2.416.797
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.623.252	2.253	1.332.932	-560.899	0	19.259	2.416.797
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	71.973	0	-71.973	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	71.973	0	-71.973	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.386	424.425	0	440.811
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	424.425	0	424.425
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	16.386	0	0	16.386
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	16.386	0	0	16.386
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	231.052	0	-230.440	-612	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	231.052	0	-231.052	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	1.095	-1.095	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	-483	483	0
5.07	Saldos Finais	1.623.252	2.253	1.635.957	-544.513	122.012	18.647	2.857.608

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
7.01	Receitas	4.185.796	2.539.459
7.01.01	Intermediação Financeira	2.361.322	909.316
7.01.02	Prestação de Serviços	756.890	633.776
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-185.364	-134.214
7.01.04	Outras	1.252.948	1.130.581
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.327.667	-428.560
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-817.344	-570.310
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-28.124	-24.325
7.03.02	Serviços de Terceiros	-146.546	-132.128
7.03.04	Outros	-642.674	-413.857
7.04	Valor Adicionado Bruto	2.040.785	1.540.589
7.05	Retenções	-39.465	-41.094
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.465	-41.094
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.001.320	1.499.495
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.001.320	1.499.495
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	2.001.320	1.499.495
7.09.01	Pessoal	414.310	344.503
7.09.01.01	Remuneração Direta	306.256	258.761
7.09.01.02	Benefícios	73.568	63.700
7.09.01.03	F.G.T.S.	34.486	22.042
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	746.918	718.905
7.09.02.01	Federais	735.475	709.536
7.09.02.02	Estaduais	17	30
7.09.02.03	Municipais	11.426	9.339
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	13.103	11.662
7.09.03.01	Aluguéis	13.103	11.662
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	826.989	424.425
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	826.989	424.425

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3T22



Comentário do Desempenho

Senhores (as) Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S/A., referentes ao 3T22.

Atingimos mais um resultado recorde o para o período, o resultado no 3T22 foi de R\$ 387,8 milhões, no acumulado R\$ 827,0, reflexo das políticas de crédito e operacionais estabelecidas nos últimos anos. Maior resultado da série histórica para o período.

Continuamos crescendo no agronegócio e no crédito às micro e pequenas empresas. Esse resultado é fruto do comprometimento de nossos colaboradores, de nossos produtos e serviços e do avanço em nossas soluções digitais. Além disso, os produtos de crédito estão continuamente sendo revisados para adequar às necessidades dos clientes sempre de acordo com o plano de aplicação do FNO, política de crédito e trazendo com isso uma melhor visão negocial e alinhamento da rede de distribuição, melhores ofertas e consequentemente melhores negócios para o Banco.

Em julho, o BASA completou 80 anos, desenvolvendo a Amazônia sustentável com crédito e soluções eficazes cumprindo sua missão.

Com governança corporativa robusta, trabalhando com transparência e de forma ética, o Banco cumpre seu papel com eficiência, integrando os pilares Social, Ambiental e Econômico, com base na sustentabilidade.

Em Setembro, foi homologado pelo Banco Central do Brasil aumento de capital do BASA para R\$ 3.654.918.098,57 (três bilhões, seiscentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e dezoito mil, noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos), distribuídos em 56.058.315 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

Comentário do Desempenho

Panorama Econômico

A economia mundial encontra-se em um momento volátil e desfavorável. As expectativas não são boas, inclusive com projeções de uma possível recessão global à frente. A atividade econômica ainda sente os efeitos provocado pela Covid-19 e que foram intensificados pelo impacto do conflito bélico entre Rússia e Ucrânia, importantes produtoras de petróleo e grãos, respectivamente.

Nos EUA, a taxa de inflação em julho/22 foi de 8,5% no acumulado. O FED (Banco Central americano) elevou a taxa de juros para rodar entre 3% e 3,5% a.a, visando conduzir a inflação para a meta de 2%, ou seja, bem distante da taxa atual (8,5%).

Na China, as projeções de crescimento são bem menores das que foram realizadas no início de 2022, em virtude da implantação de *lockdown* total em algumas cidades chinesas devido ao surgimento de novos casos de variantes do Coronavírus, e, sobretudo em razão de problemas no setor imobiliário. O Governo Chines vem cortando a taxa de juros para diminuir os impactos da desaceleração do seu crescimento econômico.

Na Europa, além dos problemas inflacionários, decorrente do desarranjo das cadeias produtivas por causa da Pandemia de Covid-19, as consequências do conflito bélico entre Rússia e Ucrânia foram relevantes para o desempenho econômico do Bloco. O corte abrupto do abastecimento de gás russo à Europa é uma possibilidade cada vez mais alta, e pode intensificar ainda mais os efeitos da inflação. Nesse sentido, a Taxa de Inflação na Zona do Euro, atingiu 10% em setembro/22, recorde histórico deste indicador. A taxa de desemprego, no entanto, atingiu 6,6% em agosto/22, registrando a menor taxa no bloco na série histórica, iniciada em abril/1988.

No contexto interno, o desempenho da economia brasileira vem surpreendendo positivamente neste ano. As projeções realizadas pela maioria dos Analistas do mercado no início do ano estimavam crescimento de apenas 0,5% em 2022 sendo que os mais pessimistas projetavam inclusive pequena recessão econômica. Mas, os resultados de alguns indicadores de alta frequência (crédito, arrecadação federal, emprego e utilização da capacidade instalada) desfizeram esse pessimismo e vem provocando revisões para cima do crescimento econômico com projeções de crescimento de 2,7% em 2022.

O Banco Central do Brasil (BCB), manteve a Taxa Selic em 13,75% a.a na sua última reunião realizada em setembro 2022, visando ancorar as expectativas de inflação para dentro da meta. De julho a setembro tivemos forte deflação provocada, sobretudo, pelas ações na redução dos combustíveis, mas ainda acumula alta de 7,17% nos últimos doze meses, bem acima da meta de 3,5% estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

No âmbito da Amazônia Legal, o desempenho da economia está muito ligado aos fatos que ocorreram em escala internacional e nacional. A economia dos estados amazonidas são muitos dependentes das exportações de matérias primas (grãos e minérios), do setor público e do mercado interno consumidor.

No segmento de serviços, o volume de vendas aumentou 8,4% em julho/2022 na média dos estados da Amazônia Legal. O estado de Roraima foi o estado onde o volume de serviços mais cresceu, com 16%, seguido pelo Tocantins (+13,3%), Amapá (+12,7%). Em contrapartida, em Rondônia houve o único recuo de 0,9% deste indicador. A recuperação do setor de serviços deve-se, provavelmente, a retomada das atividades (turismo, restaurantes, bares, etc.), que foram muito afetadas pelo isolamento social durante a pandemia de Covid-19.

Em relação a indústria, observamos resultados dispares nos estados pesquisados pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Mato Grosso a indústria geral cresceu 23,2% no acumulado do ano. No Amazonas o crescimento foi menos intenso e atingiu 2,1%. No Pará, houve crescimento de 4,8% devido a maior produção da indústria extrativa mineral

Comentário do Desempenho

DESTAQUES dos 9M22 em relação aos 9M21

R\$827,0 MILHÕES LUCRO LÍQUIDO +94%	Continuamos batendo recorde de resultado para o período, o resultado no 3T22 foi de R\$ 387,8 milhões, no acumulado R\$ 827,0, reflexo das políticas de crédito e operacionais estabelecidas nos últimos anos.
R\$ 1,4 BILHÃO RESULTADO OPERACIONAL +87%	Crescimento de 87,9% no resultado operacional em relação ao 3T21, foi impulsionado pela elevação do resultado da intermediação financeira, principalmente pela carteira TVM e expansão da carteira de crédito que elevou as receitas do del credere do FNO e tarifas bancárias.
R\$10,7 BILHÕES FOMENTO CONTRATADO +37 %	Contratamos até setembro de 2022, R\$ 10,7 bilhões, crescimento de 37% em relação ao mesmo período de 2021, que foi de R\$ 7,8 bilhões. A expansão do crédito, está relacionada principalmente pelo agronegócio que demandou R\$ 8,6 bilhões, 42,9% de crescimento em relação aos primeiros 9 meses de 2021.
37,4 % ROE +14,0 p.p.	No 3º trimestre de 2022 apresentamos rentabilidade de 37,4%, contra 23,4% realizado no mesmo período do exercício anterior.
R\$45,7 BILHÕES CARTEIRA ATIVA +21%	A carteira de crédito ativa total do Banco (inclusive FNO) cresceu 21,8%, em relação a set/21, alcançando um saldo de R\$ 45,7 bilhões. Este incremento de volume foi puxado pelo aumento de volume de operações de crédito para pessoa física que cresceu 5,0 bilhões, aumento de 28,3%.

Comentário do Desempenho

Atuação na Pandemia

O BASA vem adotando o modelo de tele trabalho (*home office*) para garantir a continuidade dos serviços e preservar a saúde dos empregados, pois diante do avanço dos casos de COVID-19, uma das estratégias foi adequar os modelos de gestão e de trabalho de algumas atividades, inclusive relacionadas ao negócio.

O avanço da vacinação e a redução dos casos de COVID-19 nos Estados que o Banco possui agências, possibilitou o retorno de forma gradativa dos empregados para as atividades presenciais, que iniciou em setembro de 2021.

Ações e Projetos Estratégicos

Em 2022 entrou em vigor o novo Planejamento Estratégico do Banco – PE 2022-2026, aprovado pelo Conselho de Administração (CONSAD) e Diretoria Executiva (DIREX) em setembro de 2021. Dentre as novidades do novo PE 2022-2026 temos: a aplicação da metodologia da BSC (Balanced Scorecard - Indicadores Balanceados de Desempenho); a alteração das declarações estratégicas quanto aos valores institucionais; alteração dos objetivos estratégicos que passaram de 09 para apenas 03 (obter resultados sólidos; promover a sustentabilidade na Amazônia e; ser um Banco de desenvolvimento inovador) e; novos objetivos estratégicos, definidos após análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e sua correlação com a prática ASG (Ambiental, Social e Governança).

O BASA é o braço do Governo Federal para implementação das políticas públicas na Amazônia, direcionando os recursos em prol do desenvolvimento sustentável da região e com gestão eficiente para geração de resultados sólidos. Para atender aos objetivos postos no planejamento estratégico 2022 – 2026 consta no portfólio de projetos estratégicos um total de 08 projetos e distribuídos conforme destacado no gráfico abaixo:



Alinhados às estratégias de negócios e melhoria de governança, o Banco definiu portfólio de projetos visando o alcance dos objetivos e metas acordados no Planejamento Estratégico.

Comentário do Desempenho**Agenda ASG (Ambiental, Social e Governança)**

Atuamos de forma aderente às diretrizes e metas estabelecidas pelos ODS, com vistas a induzir práticas sustentáveis nos empreendimentos rurais e urbanos de todos os portes, nas atividades rotineiras de seus colaboradores e na relação com os fornecedores e sociedade.

A Agenda Ambiental direciona as ações do Banco nas perspectivas Econômicas, Ambientais, Sociais e de Governança para implementação das políticas públicas na região e geração de resultados sólidos, contribuindo efetivamente nos resultados das metas estabelecidas nos ODS prioritários.

Sistema de Avaliação de Risco ASG

O Sistema de Avaliação de Risco ASG, ferramenta orientada pelas Diretrizes Ambientais, Sociais e de Governança, realiza a aferição do Risco ASG das operações de crédito analisadas pelo Banco

Programa Amazônia pra Elas

Reforça o compromisso do Basa com a diversidade, e oferece condições diferenciadas para incentivar o empreendedorismo feminino na Amazônia

Contratação PCD

O Banco realizou nestes primeiros 9 meses de 2022, a maior contratação de PCD's dos últimos anos, foram 77 contratações, promovendo o maior movimento de inclusão da história do Banco.

Combate a Desigualdade

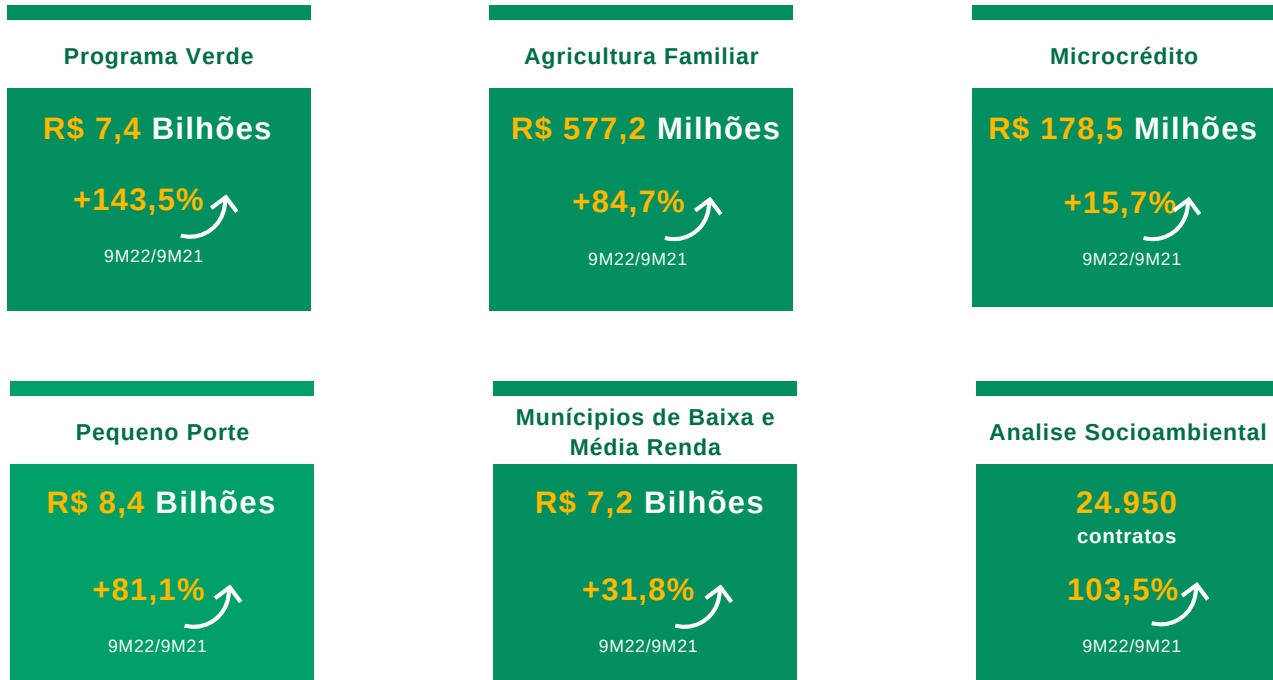
Estímulo aos empreendedores da região, combatendo as desigualdades regionais, gerando emprego e renda, principalmente nos municípios considerados de baixa renda.

Edital de Seleção de Projetos de Pesquisas Científicas

Apoio ao desenvolvimento de pesquisas e de transferência tecnológica, conduzidos por pesquisadores de instituições de ensino superior, ciência, tecnologia e inovação da região amazônica

Pecuária Verde

Produto se diferencia ao apoiar a intensificação da pecuária por meio das melhores tecnologias e práticas, integrando a pecuária à floresta e à lavoura, com manutenção das áreas a serem preservadas, sem desmatamento.

Comentário do Desempenho**Outros resultados que reforçam nosso compromisso com a Agenda ASG****Governança Corporativa**

O BASA possui uma estrutura de Governança Corporativa que atende às melhores práticas de mercado.

O Conselho de Administração do BASA é composto por 7 (sete) membros, sendo 4 (quatro) indicados pelo Ministro de Estado da Economia; 1 (um) representante dos empregados, 1 (um) representante dos acionistas minoritários e o Presidente do Banco. Na atual composição, destaque para a qualidade e independência de seus membros, onde o Banco possui 4 (quatro) de seus membros independentes, todos com larga experiência profissional e com uma ampla atuação em conselhos de administração e conselhos fiscais de empresas públicas e privadas.

Até setembro, foram realizadas 29 reuniões do Conselho de Administração e 80 da Diretoria Executiva, de modo presencial e à distância.

No período foram realizadas reuniões presenciais e demais de modo virtual. Como o modelo alternativo de reuniões está surtindo resultados satisfatórios do ponto de vista técnico/operacional, com redução dos custos, o modelo deverá perdurar durante a vigência do mandato dos atuais membros do CONSAD.

Comentário do Desempenho**Desempenho Econômico-Financeiro****Resultados****Lucro Líquido R\$ 827,0 milhões****Mais um recorde alcançado na história do Banco**

O lucro líquido do Banco no 3T22 foi de R\$ 387,8 milhões, recorde para o período, crescimento de 218,4% em relação ao mesmo período de 2021. No acumulado, atingimos R\$ 827,0 milhões, o maior resultado, não somente para o período, mas de sua história. No acumulado, destaca-se o crescimento no Resultado Operacional de 87,9%, impactado principalmente pela elevação de 144,8% do resultado da intermediação financeira (operações de crédito e carteira TVM) e expansão da carteira de crédito que elevou as receitas do del credere do FNO e tarifas bancárias.

Patrimônio Líquido

Encerramos o 3T22 com Patrimônio Líquido de R\$ 4,9 bilhões, apresentando uma elevação de 65,8% em relação ao final de 2021 (R\$ 2,9 bilhões), enquanto o valor patrimonial, que é o valor do Patrimônio líquido/quantidade de ações, encerrou com R\$ 87,08.

Apresentamos a seguir os principais números relativos ao desempenho do período.

R\$ Mil	3T22	3T21	▲	9M22	9M21	▲
Receitas da Intermediação Financeira	819.322	397.379	106,2%	2.361.322	909.316	159,7%
Despesas da Intermediação Financeira	(515.256)	(267.361)	92,7%	(1.513.031)	(562.774)	168,9%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	304.066	130.018	133,9%	848.291	346.542	144,8%
Outras Receitas Operacionais	755.322	507.648	48,8%	2.007.805	1.508.771	33,1%
Outras Despesas Operacionais	(418.174)	(347.634)	20,3%	(1.489.781)	(1.128.158)	32,1%
Resultado Operacional	641.214	290.032	121,1%	1.366.315	727.155	87,9%
Resultado Não Operacional	934	633	47,3%	1.183	234.401	-99,5%
Resultado Antes dos Tributos e Participações	642.148	290.665	120,9%	1.367.498	961.556	42,2%
Tributos sobre o Lucro	(254.320)	(168.878)	50,6%	(540.509)	537.131	-200,6%
Lucro Líquido	387.828	121.787	218,4%	826.989	424.425	94,8%
Lucro por Ação	6,91829	4,10806	68,4%	14,75230	14,31646	3,0

No 3T22 o Resultado Bruto da Intermediação Financeira alcançou R\$ 304,0 milhões, crescimento de 133,9% em relação ao 3T21, quando atingiu 130,0 milhões. No acumulado, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira foi de R\$ 848,3 milhões, contra R\$ 346,5 milhões no 9M21, crescimento de 144,8%. Este resultado foi impactado pela elevação das Receitas da Intermediação Financeira que atingiu R\$ 2,3 bilhões, contra R\$ 909,3 milhões no 9M21, elevação de 159,7%, ocasionado pelo crescimento de 133,4% em Operações de Crédito, que atingiram R\$ 1,1 bilhão, enquanto no 9M21 atingiu R\$ 467,7 milhões e elevação de 191,0% no resultado de Operações com TVM.

Comentário do Desempenho

Desempenho Operacional**Crédito de Fomento****R\$ 10,7 bilhões em contratações**

No 9M22 alcançamos R\$ 10,7 bilhões em contratações, crescimento de 37,1% em relação ao mesmo período de 2021, que foi de R\$ 7,8 bilhões. Além do crescimento financeiro, houve também crescimento em número de clientes, atendendo 24.801 no 9M22, contra 13.016 no 9M21, o que representa crescimento de 90,5%, e crescimento de 96,2% em números de operações, passando de 14.747 operações efetivas para 28.937. Os financiamentos concedidos, contemplaram empreendimentos de diferentes portes, segmentos e setores, promovendo assim a redução das desigualdades e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social na Região Amazônica.

A expansão do crédito, está relacionada principalmente pelo setor rural que demandou R\$ 8,6 bilhões, com crescimento de 42,9% em relação ao mesmo período de 2021, priorizando a sustentabilidade, através de produtos relacionados para linhas verdes.

R\$ 11,0 bilhões em desembolso

No 9M22 foram desembolsados R\$ 11,0 bilhões, crescimento de 25,3% em relação ao 9M21, que foi de R\$ 8,8 bilhões. Os desembolsos direcionados a Pessoa Física atingiram 7,5 bilhões, enquanto Pessoa Jurídica atingiram 3,5 bilhões, crescimento de 33,6% e 10,9%, respectivamente.

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

O BASA é o agente operador exclusivo do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da Região Norte, constituindo o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a redução das disparidades regionais.

Anualmente, a execução dos recursos é realizada por meio de Programas de Financiamento, elaborados pelo BASA, seguindo as diretrizes e orientações gerais do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e pelas prioridades setoriais e espaciais estabelecidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A demanda pelo crédito dos Estados é influenciada por um conjunto de fatores, entre os quais o dinamismo da economia estadual, a disponibilização de infraestrutura logística eficiente, a estruturação da atividade produtiva, o nível de organização dos produtores e empreendedores, a existência de oportunidades para a realização de investimentos e negócios sustentáveis e a potencialidade do mercado local.

Ao final do 3T22, foram aplicados R\$ 10,2 bilhões, correspondendo a 96,2% do valor disponibilizado para o ano de 2022, que é de R\$ 10,6 bilhões.

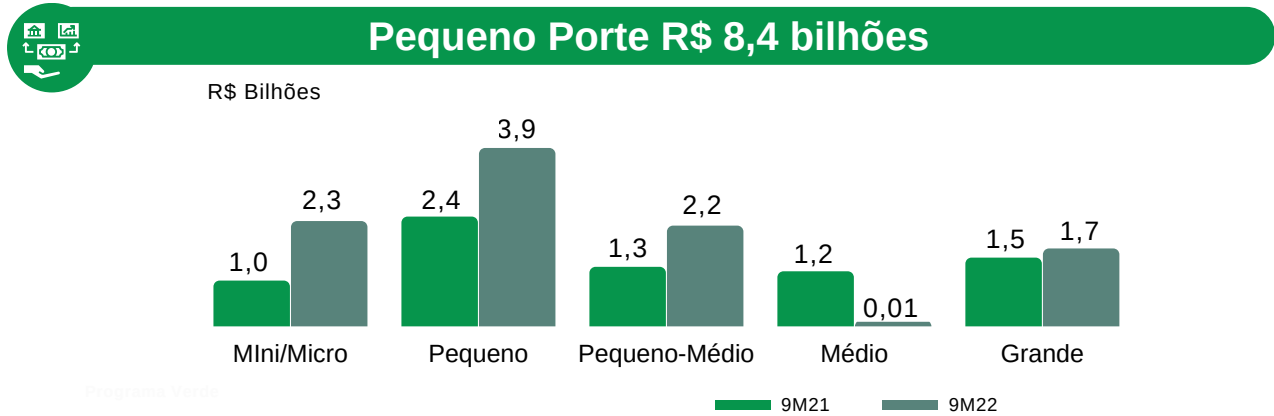
Este volume de R\$ 10,2 bilhões, é 39,7% maior que o volume contratado no 9M21, quando totalizou o montante de 7,3 bilhões. Este aumento está relacionado aos empreendimentos do setor rural que demandaram R\$ 8,0 bilhões, aumento de 46,8% em relação ao 9M21, quando se contratou R\$ 5,5 bilhões. Enquanto os demais setores demandaram R\$ 2,1 bilhões, aumento de 18,3% em relação ao 9M21 que teve volume total de 1,8 bilhão.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º TRIMESTRE DE 2022

Comentário do Desempenho

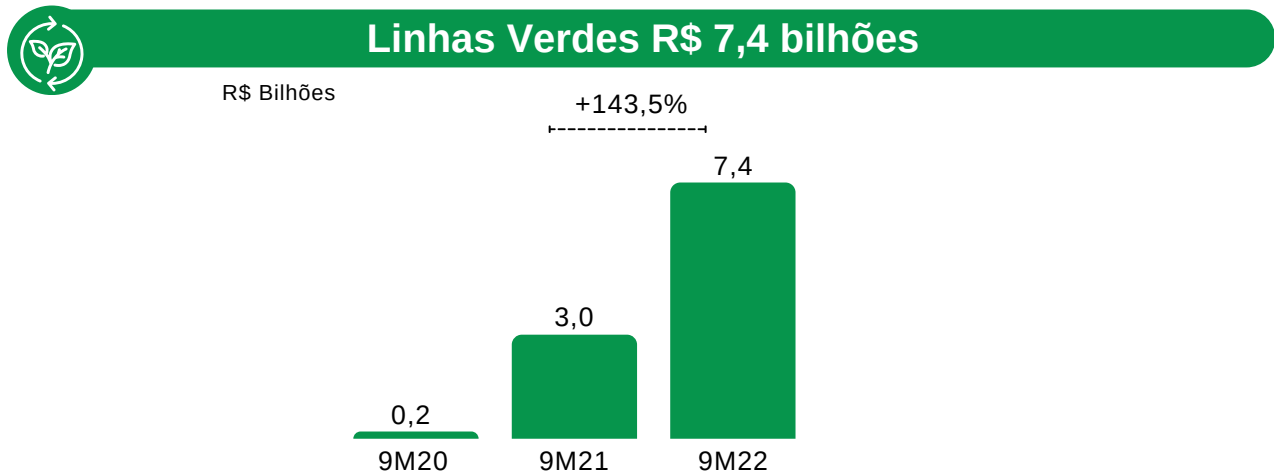
Em observância as diretrizes do FNO, os financiamentos concedidos no 9M22, contemplaram empreendimentos de diferentes portes, segmentos e setores. Foram priorizados os de menor porte – agricultores familiares, mini, pequeno e pequeno- médio porte, totalizando R\$ 8,4 bilhões, o que representa 82,8% do total contratado do FNO, crescimento de 81,1% ao que foi contratado no 9M21, quando se contratou 4,6 bilhões.



O BASA transforma os empreendimentos por meio da indução de práticas sustentáveis nos financiamentos, que vão além de exigências legais e são necessárias para preservar o futuro da Amazônia.

As linhas verdes, contam com o Fundo Constitucional do Norte-FNO, e contemplam todos os tipos de projetos que tenham, como foco a indução e promoção ao desenvolvimento sustentável da região Amazônica, que reforçam nossa atuação estratégica e compromisso.

Até setembro/22, financiamos R\$ 7,4 bilhões, para as linhas do FNO Verde, o que representa 73% das operações contratadas do FNO, e aumento de 143,5% em relação ao volume contratado voltado para as linhas verdes quando comparado com o mesmo período de 2021, que foi de 3,0 bilhões. O crescimento dos créditos voltados para linhas verdes demonstra a conscientização dos agentes dos setores produtivos em investir em itens ecologicamente sustentáveis e processos produtivos mais limpos, preservando o meio ambiente.



Repasse do FNO

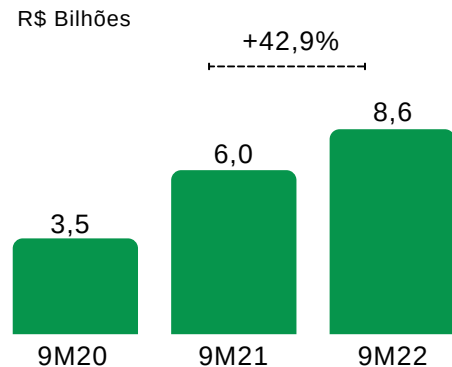
No 9M22, efetuamos R\$ 254,9 milhões em repasse de recursos para outras instituições financeiras. Com amparo no Artigo 9º da Lei nº 7.827/89 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 130 de 17/04/2009, o BASA pode repassar recursos do FNO à outras instituições, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no restrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade.

Comentário do Desempenho**Agronegócio****R\$ 8,6 bilhões investido no agronegócio na Amazônia Legal**

O Agronegócio é um dos principais segmentos econômicos da Região Amazônica, que possibilita a geração de renda e emprego a milhares de trabalhadores. O BASA está presente na evolução do Agronegócio em toda região, oportunizando a realização de investimentos de melhorias e expansão do empreendimento rural.

No 9M22, investimos no agronegócio da região R\$ 8,6 bilhões, contra R\$ 6,0 bilhões no 9M21, o que representa crescimento de 42,9%.

O Agronegócio foi o segmento que obteve maior destaque na atuação do BASA, mostrando que o Banco é o principal parceiro do Agronegócio na Amazônia. Destaca-se a aplicação de um volume de R\$ 7,5 bilhões para Pessoa Física, superando em 32,1% o volume de aplicação realizado no 9M21 que foi de R\$ 5,7 bilhões.

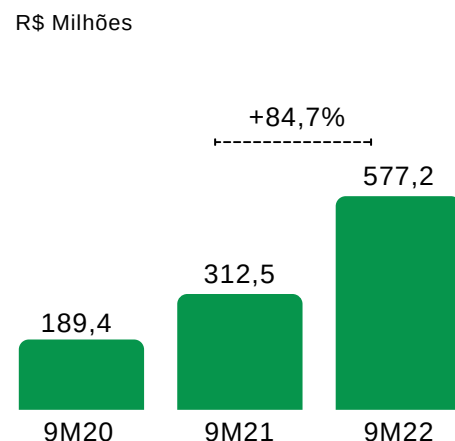
**Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF****R\$ 577,2 milhões investido no PRONAF**

O BASA, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), vem apoiando o desenvolvimento desse segmento no cenário regional, financiando projetos que atendam aos padrões de responsabilidade ambiental, econômica, social e cultural.

O PRONAF fechou o 9M22 com volume de R\$ 577,2 milhões, crescimento de 84,7%, em relação ao 9M21, quando fechou com volume de contratação de R\$ 312,5 milhões. Crescimento embalado pelas ações realizadas como Campanhas de Mobilização, Limites de Crédito aprovados aos produtores rurais de todos os portes e utilização do BASA DIGITAL.

A Implantação do BASA DIGITAL para atender agricultores familiares permitiu maior agilidade na concessão do crédito, reduzindo o prazo de concessão e possibilitando o crédito se tornar cada vez mais oportuno para o agricultor familiar. No 3T22 foram contratados R\$ 52,8 milhões pelo BASA Digital, aumento de 1.012,3% em relação ao 3T21, enquanto no acumulado foram contratados R\$ 237,7 milhões, aumento de 3.856,0% em comparação ao 9M21. As operações contratadas através do BASA Digital correspondem a 41,2% das contratações do PRONAF.

Há uma perspectiva de alavancagem no PRONAF via BASA Digital com a implantação das outras linhas do segmento na ferramenta, especialmente com relação à inclusão dos Investimentos (PRONAF Mais Alimentos, PRONAF Floresta, PRONAF BIOECONOMIA, dentre outras).



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3º TRIMESTRE DE 2022

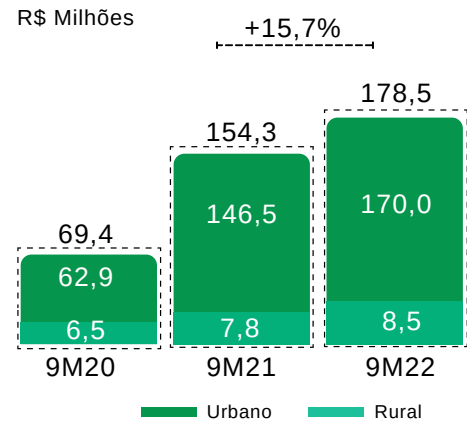
Comentário do Desempenho



Microfinanças - Programa Microcrédito Produtivo Orientado – Amazônia Florescer

Somos o maior agente financiador do microcrédito produtivo orientado da Região Norte. O Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Amazônia Florescer, atende as áreas urbana e rural por meio de Termo de Parceria entre o BASA e a Associação de Apoio a Economia Popular da Amazônia (Amazoncred), responsável pela operacionalização do programa. O Programa é desenvolvido por meio de visitas aos empreendedores populares urbanos (informais) e agricultores familiares, no local onde esses desenvolvem suas atividades; envio de propostas de crédito ao BASA; bem como a realização de acompanhamento do ciclo do crédito e cobrança.

O Programa Amazônia Florescer (urbano e rural) teve crescimento de 15,7% no 9M22 comparado ao mesmo período de 2021, saindo de R\$ 154,3 milhões para R\$ 178,5 milhões em aplicação de crédito. O baixo volume no 9M20 se deu em função do aumento acentuado de casos de COVID-19 nesse segmento e por conta das medidas de controle e *lockdown* que deixaram a economia brasileira e da região amazônica em processo de retração.



As unidades de Microfinanças atuam de modo proativo, em parceria com associações, sindicatos, salas de empreendedores e outras instituições no sentido de promover as linhas de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) – Programa Amazônia Florescer e também realizam, por meio dos Agentes de Crédito do Programa, a prospecção de clientes enquadrados no perfil de atendimento, visando possibilitar o acesso às linhas de crédito disponibilizadas e realizando ações de Educação Financeira aos Grupos Solidários atendidos.

O Programa Amazônia Florescer Urbano apresentou um crescimento de 16,0% no 9M22 comparado ao mesmo período de 2021, saindo de R\$ 146,5 milhões para R\$ 170,0 milhões. Esse crescimento se deu em função das prioridades de qualificação da adimplência das propostas de crédito, enquanto o Programa Amazônia Florescer Rural apresentou um crescimento de 10,6% no 9M22 comparado ao mesmo período de 2021, saindo de R\$ 7,8 milhões para R\$ 8,5 milhões.

Infraestrutura

Em conformidade com os projetos de infraestrutura indicados pelo governo federal como prioritários, registrados no âmbito do PPI - Programa de Parcerias e Investimentos, entre os setores apoiados pelo BASA em 2022, estão sendo priorizados os setores com maior impacto socioeconômico, dentre os quais destacamos: Energia, Logística, Saneamento e Telecomunicações. No 9M22, o Banco aplicou R\$ 615,9 milhões, o que corresponde crescimento de 25,7%, em relação ao 9M21.

Até setembro/22, foram analisadas 20 (vinte) Cartas Consultas, para os setores de Logística (Rodovias), Telecomunicações (5G), Geração e Transmissão de Energia Elétrica. 19 foram aprovadas e contratado o valor total de R\$ 461,0 milhões para rodovias. O CAPEX total das cartas consultas é de 14,0 bilhões.

Crédito Comercial

A carteira comercial encerrou o 3T22 com saldo de R\$ 3,1 bilhões, crescimento de 5,6%, em comparação ao final do 3T21 que foi de R\$ 2,9 bilhões. Ampliação decorrente de campanhas para expansão do volume em nossas principais linhas da carteira comercial. O outro fator para evolução da carteira foi ampliação das aplicações de crédito do PRONAMPE direcionado às micro, pequenas e médias empresas, garantidas pelo FGO com baixa exposição de risco de crédito e com as linhas comerciais efetivadas na modalidade de limite de crédito automatizado, em especial as direcionadas a capital de giro às médias e grandes empresas com excelente histórico operacional e baixo risco de crédito.

Comentário do Desempenho

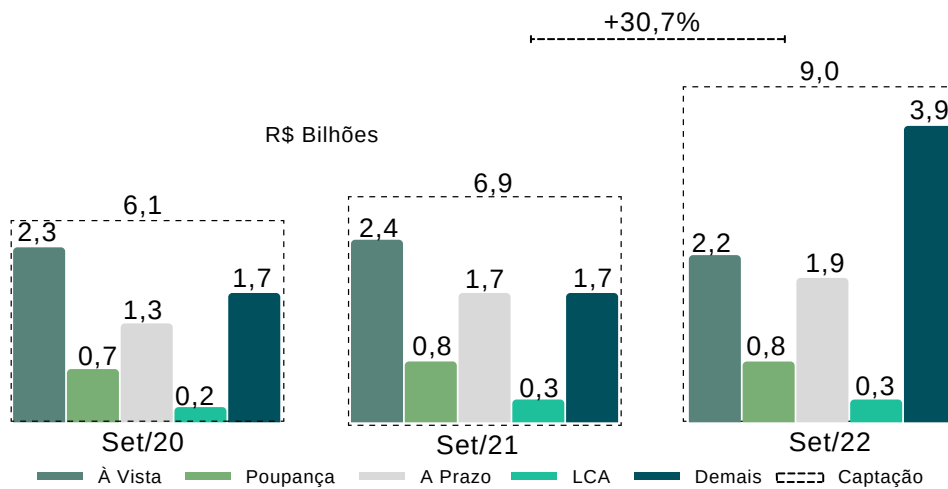
PRONAMPE

Criado em meados de 2020, durante a pandemia, o programa oferece empréstimos para pequenas empresas com juros mais baixos e prazo maior para começar a pagar. Desde sua criação, o PRONAMPE passou por várias mudanças. Em junho/21, o programa tornou-se permanente e, mais recentemente, incluiu microempreendedores individuais (MEI).

Injetamos R\$ 663,0 milhões na economia regional com essa linha de financiamento, em 6.557 contratos firmados em todos os Estados da Amazônia Legal.

Captações

Setembro/22 fechou com o saldo de R\$ 9,0 bilhões, em captações, crescimento de 30,7%, em comparação ao saldo do encerramento de setembro/21, que foi de R\$ 6,9 bilhões. Incremento resultante da elevação de 84,8% em depósitos especiais e 14,5% de Depósito a prazo.



Recuperação de Crédito

Recuperamos no 3T22 R\$ 70,2 milhões, crescimento de 53,4% em relação ao 3T21, quando teve volume financeiro recuperado de R\$ 45,8 milhões. No acumulado o Banco recuperou R\$ 232,7 milhões, contra R\$ 115,8 milhões do 9M21, aumento de 100,9%. Resultado da forte influência das ações que buscam implementar a movimentação de diversos processos de cobrança judicial levando à celebração de acordos em condições de resultado financeiro mais favoráveis e imediatos e, materialização de pagamentos de renegociações celebradas em acordos no final de 2021 que foram pagas neste semestre.

Receitas de Seguridade

A Receita de seguridade, alcançou o valor de R\$ 17,5 milhões contra R\$ 15,1 milhões no mesmo período de 2021 significando uma elevação de 15,65%.

Receitas de Tarifas Bancárias

As receitas de tarifas bancárias atingiram o volume de 164,1 milhões no 9M22, crescimento de 15,5% em relação ao mesmo período de 2021, quando atingiu R\$ 142,0 milhões. Destaque para tarifas de Pessoa Física que cresceu 18,8%, em relação ao 9M21, atingindo R\$ 108,5 milhões, enquanto no 9M21 fechou em 91,3 milhões.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
3º TRIMESTRE DE 2022**Comentário do Desempenho****Despesas Administrativas**

As Despesas Administrativas no 9M22 tiveram crescimento de 15,6% em relação ao 9M21, atingindo R\$ 725,8 milhões, contra R\$ 627,9 milhões no mesmo período do ano anterior. Esta elevação foi impactada pelo aumento de despesas de pessoal que atingiu R\$ 498,5 milhões no 9M22, contra R\$ 418,7 no 9M21, aumento de 19,1%. Esta elevação nas Despesas de Pessoal está relacionada ao reajuste salarial, promoções e aplicação de nova tabela do Reembolso do Programa Saúde Amazônia.

Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

O saldo da carteira aumentou 11,0% em relação a 9M21, alcançando o montante de R\$ 13,9 bilhões, decorrente dos recursos para a capitalização do Banco.

A Carteira está composta por 78,0% de títulos públicos federais, especialmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Os 22,0% restantes são de títulos privados - Letras Financeiras, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, Debêntures e outros, com baixa exposição de risco.

O resultado das operações com títulos e valores mobiliários, atingiu R\$ 451,3 milhões no 3T22, sendo que no acumulado até setembro/22 já alcançou R\$ 1,3 bilhões contra R\$ 435,6 milhões no mesmo período acumulado de 2021. O aumento é reflexo principalmente da elevação na Taxa Selic e, ainda, pelo maior volume de recursos para a capitalização do Banco.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito ativa do Banco (inclusive FNO) cresceu 21,8%, fechando o Setembro com saldo de R\$ 45,7 bilhões, contra R\$ 37,5 bilhões ao final de setembro de 21.

As operações da carteira de fomento puxaram o crescimento da carteira. Entre os fatores destacamos: oferta ativa pelos segmentos de crédito; ações de publicidade relativas à ampla divulgação de produtos e linhas de créditos em canais digitais e mídia eletrônica e jornalística, reuniões técnicas e parcerias com entes governamentais, simplificação e racionalização nos processos de análise e concessão de crédito, renovação automática de limite de crédito, custeio e investimento portfolizado, implementação de soluções tecnológicas visando qualificar a assistência técnica, treinamento e capacitação dos colaboradores e parceiros nas ferramentas de crédito.

A classificação da carteira de crédito por níveis de risco segue procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. As operações de Risco Normal, que abrangem os níveis AA até C do total da carteira ativa, representavam 88,7%.

Gestão de Capital

O BASA faz a gestão do seu capital regulamentar com base nas diretrizes do acordo de Basileia III, cuja estrutura atende ao previsto na Resolução BACEN 4557/2017. Possui Plano de Capital com prospecção de três anos para subsidiar a gestão na manutenção do capital nos níveis desejáveis.

Ao final de setembro de 2022, o Patrimônio de Referência alcançou R\$ 4,6 bilhões, um crescimento de 34,8% quando comparado ao mesmo período de 2021 (R\$ 3,4 bilhões). O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) cresceu 25,4% em relação ao ano anterior, saindo de R\$ 29,3 bilhões (Set/2021) para R\$ 36,7 bilhões (Set/2022). Estas variações nos componentes de capital mantiveram os índices de adequação do capital em patamar superior à exigência legal, tendo apresentado, neste 3T2022, IB (Índice de Basileia) de 12,63 % (11,64% em SET/2021).

Comentário do Desempenho**Composição Acionária****Aumento de Capital Social de 1,0 bilhão**

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada 29 de abril de 2022, foi aprovada a proposta de aumento do Capital Social do Banco da Amazônia S.A., no valor de R\$ 1.031.666.312,88 (Um bilhão, trinta e um milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e doze reais e oitenta e oito centavos), via subscrição de 26.412.348 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Após a homologação do aumento de capital pela AGE, o processo foi submetido ao Banco Central do Brasil e aprovado em 13 de setembro de 2022, passando o Capital Social do Banco da Amazônia para R\$ 3.654.918.098,57 (três bilhões, seiscentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e dezoito mil, noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos), representado por 56.058.315 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal

Com a conclusão do processo de aumento de capital, a nova composição acionária passa a ter a seguinte configuração:

Acionista	Qtd	%
União	41.098.877	73,3%
FI Caixa FGEDUC Multimercado	10.427.301	18,6%
BB FGO - Fundo de Investimento em Ações	2.853.813	5,1%
<i>Free float</i>	1.678.324	3,0%
Total	56.058.315	100,0%

Crescimento no número de ações em 34,1% no Free Float

Apesar de ter ocorrido redução do percentual de participação das ações em *free float*, passando de 4,2% para 3,0%, houve crescimento em quantidade de ações, em função de aquisição de 426.069 ações pelos minoritários no período aberto para exercício do direito de preferência.

O capital do BASA é composto exclusivamente por ações ordinárias.

A União é o acionista majoritário, com participação de 97,0% no capital social, sendo 73,3% de forma direta e 23,7% de forma indireta. 3,0% das ações do Banco estão em livre circulação no mercado. (*Free float*).

Corregedoria e Gestão da Integridade

A Corregedoria tem como o objetivo padronizar e sistematizar a estrutura de governança relativa ao sistema de correição do Banco; propor medidas que visem inibir, reprimir e diminuir a prática de faltas ou irregularidades cometidas por empregados contra o patrimônio do Banco; realizar a gestão, acompanhamento e controle das atividades de correição; entre outros..

O Programa de Integridade do Banco está alinhado a missão e aos valores da empresa, e baseado no Guia de Integridade da CGU e do Decreto 8.420/2015. O fortalecimento do programa é escopo do Projeto Corporativo Antifraude e Anticorrupção, que prevê o aprimoramento dos instrumentos voltados para a prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta.

Por meio do Programa de Integridade e políticas correlatas, a Alta Administração apoia e firma o compromisso pela criação, de forma visível e inequívoca, de uma cultura ética no BASA, garantindo que a promoção de altos padrões de integridade seja uma pauta de aprimoramento constante na empresa.

Do mesmo modo, a Alta Administração garante o comprometimento com os princípios éticos nos negócios e relacionamento com clientes, usuários, colaboradores, terceiros e autoridades governamentais.

Dentre os instrumentos que fortalecem continuamente o Programa de Integridade do BASA, destaca-se:

- ✓ Código de Conduta Ética, com manutenções e atualizações periódicas;
- ✓ Canal de Denúncias, com disponibilidade de acesso via intranet, telefone 0800, e-mail e site institucional;
- ✓ Estrutura correcional para gerir as sanções cominadas por atos ilícitos ou infracionais e condutas lesivas ao interesse e ao patrimônio público;
- ✓ Atuação da Ouvidoria, que é um canal especializado de atendimento a clientes, que busca identificar as necessidades do público externo e a satisfação dos clientes e usuários, além de zelar pela boa imagem do Banco, propondo melhorias contínuas dos processos, produtos e serviços;
- ✓ Atuação autônoma do Comitê de Ética;
- ✓ Diretrizes definidas em políticas, tais como: Política Antifraude e Anticorrupção, Política de Compliance, Política de Controles Internos, Política de PLD/FT, Política Conflito de Interesse, Política Antinepotismo, Política Conheça seu Cliente, Política Conheça seu Colaborador e Política Conheça seu Fornecedor; e
- ✓ Atuação independente de outros colegiados, como o Comitê de Auditoria, Comitê de Recursos Humanos, Comitê Integrado e Correição e Comitê Antifraude e Anticorrupção.

Para que as medidas institucionais de integridade sejam efetivas, o Banco desenvolveu ações para mitigar eventuais deficiências, fragilidades ou não conformidades identificadas, que garante a revisão periódica do Programa de Integridade e seu aprimoramento, de acordo com as necessidades identificadas.

Controles Internos

Possuímos uma sólida estrutura de governança e controles internos que coadunam para garantir a consecução dos seus objetivos e que tem proporcionado mecanismo de auxílio para tomadas de decisão e sustentabilidade dos seus resultados. A empresa tem promovido, internamente, disseminação da cultura de controle, integridade e ética.

O Sistema de Controles Internos (SCI) do BASA, está presente, funcional e aderente às boas práticas do mercado conforme à natureza, porte, complexidade, estrutura, perfil de risco e modelo de negócio.

A disseminação de conhecimentos em relação aos Controles Internos e Compliance, orienta, sensibiliza e capacita tecnicamente os empregados para que a Instituição fortaleça continuamente a gestão de riscos. Encontra-se disponibilizado no ambiente EAD orientações e treinamentos sobre diversos temas, tais como: Ética, Controles Internos, Compliance, Lei Geral de Proteção de Dados, Gestão de Crédito, Segurança e Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

Gestão de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital do BASA é consolidada de forma contínua e integrada. A Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital dispõe das diretrizes para gestão de riscos, o apetite ao risco, seus níveis e limites estabelecidos nos termos da RAS (*Risk Appetite Statement*) e orienta o comportamento de todas as unidades do Banco envolvidas no processo de gestão de risco.

O Banco, classificado no Segmento 3 (S3), na forma da Resolução 4.553/2017, dispõe em sua estrutura de gerenciamento de risco e de capital: Declaração de Apetite por Riscos – RAS, Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade, o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária - IRRBB, Comitê de Riscos e Indicação – CRO - *Chief Risk Officer*, perante o BACEN.

O Banco cumprindo sua missão com a Sociedade, através do Gabinete de Crise com a participação, também, da área de riscos, realizando monitoramento e comunicações sobre as ações de enfrentamento do COVID-19, acompanhamento de Boletins Epidemiológicos do Ministério da Saúde e da evolução da saúde dos empregados, bem como para decidir sobre as medidas administrativas de acordo com a progressão da doença no País, região e Estados onde o Banco atua.

Alinhado com o cenário atual, o Banco aprimorou suas políticas e seu apetite a risco em virtude do cenário econômico, reviu suas projeções de capital e, deste modo, atualizou os cenários de risco e plano de capital.

Segurança Corporativa

O processo de segurança corporativa tem como objetivo gerir a segurança corporativa do Banco observando os requisitos legais, de controle, buscando a prevenção e mitigação de ameaças com o objetivo de resguardar a integridade das pessoas, das informações, dos ativos físicos e financeiros e da imagem da Instituição. Para tal, o Banco dispõe de área subordinada à Diretoria de Controle e Risco que atua nos seguintes macroprocessos: Segurança Bancária e Patrimonial, Segurança da Informação, Segurança Cibernética, Combate à Ilícitos (antifraudes, prevenção a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, quebra de sigilo bancário etc.), Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, dentre outros processos correlatos.

Dentre as ações realizadas no 3T22 destacamos as seguintes:

Segurança da Informação e Segurança Cibernética

Sob a ótica de Segurança Cibernética, foi concluído e aprovado na Alta Administração o processo de contratação das ferramentas DLP e CASB, que têm o objetivo de prevenção de perda de dados, qual detecta possíveis violações de dados / transmissões de extração de dados e evita-os monitorando, detectando e bloqueando dados sensíveis enquanto estiver em uso, em movimento e em repouso, assim com módulo de proteção cibernética para ambientes de armazenagem em nuvem. A previsão de contratação e implantação está previsto para o final do 1S23.

Também foi concluída a contratação do serviço de teste de *Phishing* que estará sendo implantado no 4T22, com o objetivo de verificar preventivamente ameaças através de *Phishing* no ambiente tecnológico do Banco, estações de trabalho, etc. Além disso, teremos programa de disseminação da cultura aos empregados do Banco simulando cenários para melhor consolidação cultural preventiva à *Phishing*.

Ambas ações estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do Banco sob a ótica de Cibersecurity e alinhado ao objetivo estratégico de tornar o Banco inovador, além de agregar valor ao negócio e cybersegurança, juntando-se às demais ações já implantadas e/ou em curso.

Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

Concluímos no 3T22 a instrução e estruturação dos requisitos que serão aplicados no processo de contratação de solução tecnológica que suportará o processo de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais. Ferramenta esta que será um dos principais pilares para gestão e prevenção de vazamentos, tratamentos e descarte de dados pessoais no ambiente tecnológico do Banco.

Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo

Compondo as ações estratégicas de Controles e Riscos, o Banco dá mais um importante passo no processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) modelando e aprovando a revisão da Avaliação Interna de Risco LD/FT que visa estabelecer e mensurar os critérios de exposição ao risco de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, com perfis estabelecidos no Art. 10 da Circular BACEN 3.978/20. Modelo de riscos LD/FT este que será aplicado como balizador aos controles de PLD/FT, incluindo-se de Monitoramento, Seleção, Análise e Comunicação.

Também foi concluído o desenvolvimento da automatização do processo de comunicação ao COAF das situações atípicas e movimentações em espécie. Há previsão de implantação no decorrer do quarto semestre/2022, promovendo maior controle, eficiência e governança às comunicações realizadas conforme Circular BACEN 3.978/2020.

Comentário do Desempenho**Rede de Atendimento**

Atuamos nos nove Estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), além da capital de São Paulo. O Banco conta com uma estrutura de rede de atendimento formada por 09 superintendências e 119 unidades, sendo 113 agências tradicionais, 05 agências de negócios e 01 Posto de Atendimento Avançado.

BASA Negócios**3 novas Agências de Negócios inauguradas**

No 3T22 foram transformadas 03 agências tradicionais em agências de negócios - BASA Negócios, as de Girassóis Palmas, Marabá Cidade Nova e Manaus Cachoeirinha. Totalizando 05 agências de negócios na rede de agências do Banco. Trata-se de uma tendência do mercado bancário, estamos adotando esse modelo para que possamos ampliar ainda mais a nossa participação na região.

Os objetivos, com esse modelo mais enxuto, é ampliar a participação do Banco em novos municípios onde ainda não tenhamos pontos de atendimento e reduzir custos de Unidades tradicionais, permitindo unidades mais focadas na geração de negócios e desenvolvimento regional, proporcionando melhor relacionamento aos nossos clientes. Dentre os projetos estruturantes há a transformação de boa parte das Unidades tradicionais e abertura de novas Unidades BASA Negócios na região Amazônica.

Canais de Atendimento

Sempre atento a evolução do mercado bancário e ao bem-estar, conforto e segurança dos seus clientes e usuários, o BASA ampliou suas alternativas de atendimento eletrônicos, objetivando novas tecnologias para completar as demandas necessárias dos consumidores.

Além da Rede Própria de Atendimento, destacamos os canais de *Mobile* e *Internet Banking* e, ainda, o acesso a rede compartilhada, através dos terminais de autoatendimento do Banco 24 horas, da Rede Saque Pague e ATM 24 hs espalhados por todo o país.

Transações Digitais**Aumento de 17,0% em transações pelos canais de atendimento**

(9M22 / 9M21)

Canais de Atendimento	9M22	9M21	▲ %
Atendimento Físico	1.177.034	1.335.290	-11,9%
Internet Banking	582.902	628.789	-7,3%
Mobile	3.960.621	2.165.039	82,9%
Caixas Eletrônicos (BASA)	2.001.188	2.418.331	-17,2%
Caixas Eletrônicos (24 h)	138.153	159.845	-7,6%
Caixas Eletrônicos (Saque e Pague)	14.627	5.547	163,7%
Total (Transações Financeiras)	7.363.489	6.295.698	17,0%

Comentário do Desempenho

BASA Digital

Com o BASA Digital inaugurou-se um novo formato de contratação digital com baixo custo operacional por conta da automatização do processo, permitindo grande escala de contratações, permitindo acesso rápido e desburocratizado ao FNO à populações específicas como Indígenas, assentados da reforma agrária, quilombolas, extrativistas e pescadores artesanais. Atualmente estão disponíveis para contratação as Linhas de créditos PRONAF B, PRONAF Custeio Agrícola e PRONAF Custeio Pecuário.

No 3T22 foram contratados R\$ 52,8 milhões pelo BASA Digital, aumento de 1.012,3% em relação ao 3T21, enquanto no acumulado foram contratados R\$ 237,7 milhões, aumento de 3.856,0% em comparação ao 9M21. As operações contratadas através do BASA Digital correspondem a 41,2% das contratações do PRONAF. No 9M22 foram realizados 12.821 contratos, crescimento de 1.235,5%, em relação ao mesmo período de 2021, quando foram registrados 960 contratos.

Tecnologia da Informação (TI)

A área de tecnologia da informação do BASA tem executado ações com foco na inovação, modernização tecnológica, redução de custos e otimização da eficiência operacional, buscando sempre o alinhamento com as estratégias corporativas declaradas no Planejamento Estratégico Institucional vigente.

A TI do Banco tem avançado com suas propostas de inovar e automatizar. Dentre os maiores resultados destaca-se o Basa Digital, que apesar de não ter sido lançado em 2022, tem demonstrado, nesse período, um grande crescimento de negociações, com expectativa de superar as feitas no modo tradicional.

A infraestrutura do Banco também tem avançado para suportar a crescente digitalização dos serviços do Banco. Pode-se destacar a mudança na anual aquisição de computadores que agora em 2022, já prevê a aquisição de notebooks para maior mobilidade e *link* de internet do Banco que recebeu um *upgrade* para 3 *links* de 1 Gbps para suportar o tráfego de dados.

Avançamos na melhoria do PIX com o atendimento das Instruções Normativas Nº160 e Nº185 do BACEN, regulamentação do PIX, que tratam sobre a Gestão de Limites e Favorecidos conforme determinação do órgão regulador.

Avançamos também no *Open Finance* cumprindo o cronograma do Banco Central do Brasil.

Destaques:

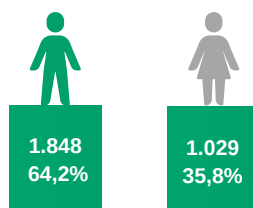
- ✓ Entregues e instalados 97 totens para as agências do Banco, a fim de suprir a demanda de pagamentos, transferências e consultas;
- ✓ Instalação de 55 *links* alternativos em agências para aumentar a velocidade de comunicação dessas unidades e melhorar o desempenho dos equipamentos e do ambiente corporativo;
- ✓ Implantação da solução de impressão corporativa, baseada nas melhores práticas de mercado, com implementação de impressão segura com entrega através da identificação do usuário dono do trabalho. Tecnologia RFID para identificação e recursos que permitem que o usuário possa imprimir seu trabalho em qualquer impressora da rede do Banco, garantindo confiabilidade, escalabilidade, disponibilidade e segurança, com um custo otimizado;
- ✓ Implantação da solução de monitoração, auditoria e governança, baseado em *software*, para ambiente computacional, nos diretórios de usuários e servidores de arquivos, monitoramento e prevenção de ameaças internas.

Comentário do Desempenho

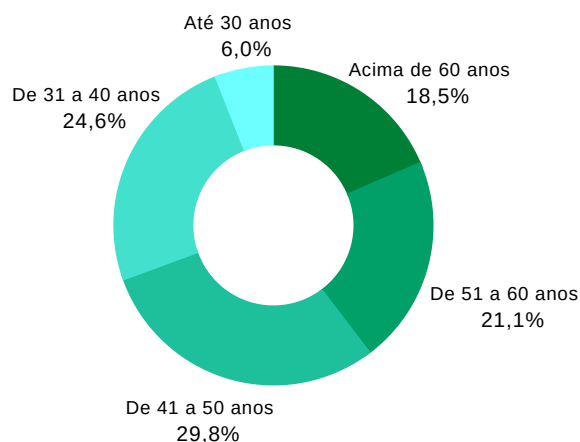
Gestão de Pessoas

Encerramos o 3T22 com 2.877 empregados ativos no quadro de pessoal, estando a maior quantidade lotada nas unidades que compõem a Rede de atendimento (Agências e Superintendências). Além disso, há 18 empregados cedidos para exercer funções em outras instituições e afastados, 222 estagiários e 256 menores aprendizes.

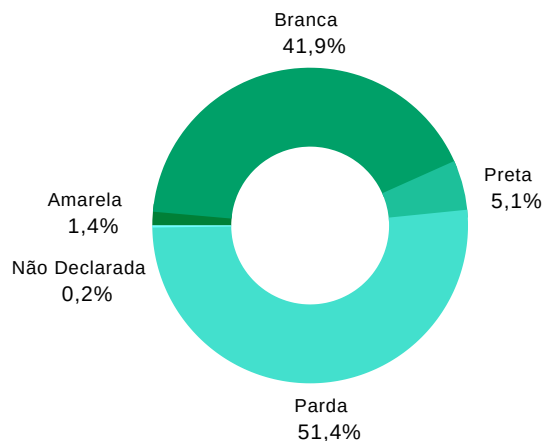
Perfil dos Empregados



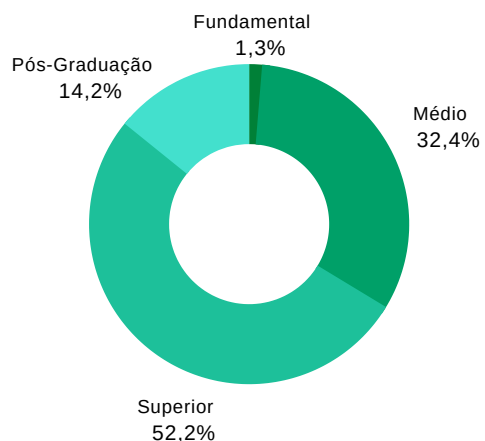
Empregados por Idade



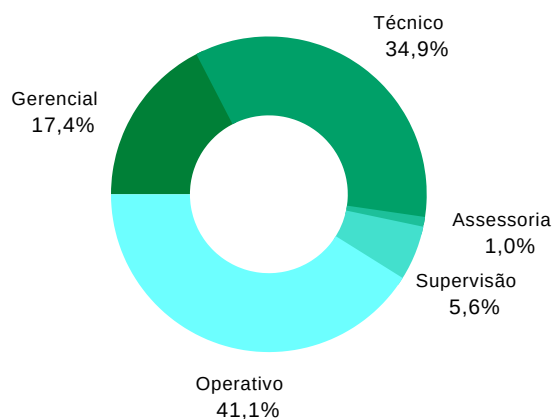
Empregados por Raça



Empregados por Escolaridade



Empregados por Eixo Técnico



Comentário do Desempenho

Novos Empregados

Em fevereiro, o Banco abriu Concurso Público para preenchimento de 219 vagas, sendo 204 vagas para o cargo Técnico Bancário (TB) para preenchimento imediato e 816 vagas para cadastro de reserva.

Para profissionais da área de Tecnologia da Informação, foram ofertadas 15 vagas para preenchimento imediato e 123 para formação de cadastro de reserva. Até o final do 3T22, foram admitidos 176 empregados, sendo 163 Técnicos Bancários, dos quais 77 são PCD e 13 Técnicos Científicos da área de TI. Até o final do ano, serão convocados mais 42 novo empregados.

Convocação de PCD's

Realizamos no 9M22, a maior contratação de PCD's dos últimos anos, foram 77 contratações, e ainda serão convocados até o final do ano mais 14, promovendo assim o maior movimento de inclusão da história do Banco.

Educação

Através do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) 2022, o BASA objetiva promover ações de aprendizagens, alinhadas às estratégias de negócio e às atividades dos profissionais, que proporcionem formações permanentes de alto impacto, com vistas ao cumprimento da missão do BASA, ao garantir que os empregados detenham conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitem o alcance dos objetivos e metas estratégicas. No 9M22, o Banco investiu R\$ 1,3 milhão em ações educacionais, qual foram oportunizadas 23.074 participações, enquanto que no 9M21, foram R\$ 930,2 mil investidos e 13.293 participações para os(as) empregados(as) do Banco em treinamentos de Crédito e Negócios, Auditoria, Jurídico, Desenvolvimento Pessoal, Controles e Riscos, o que representa um crescimento de 35,1% em volume financeiro investido e 73,6% em participação. O Banco também proporcionou ofertas de cursos de língua estrangeira, graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Os Programas Educacionais oportunizam aos empregados, através de suporte financeiro, aquisição de conhecimentos em cursos de língua estrangeira com o Programa de Língua Estrangeira (PLE), formação superior com o Programa de Formação Superior (PFS) e pós-graduação com o Programa de Pós-Graduação (PPG), em áreas estratégicas e prioritárias para os objetivos do negócio do Banco, com vistas ao enfrentamento das mudanças e aprimoramento dos processos de trabalho, considerando a expansão de seus negócios. No 9M22 houve aporte financeiro em 34 participações no PFS, 47 participações no PLE e 32 no PPG.

O Banco disponibiliza em seu Portal Educacional 188 cursos organizados em 29 trilhas e Conheça Mais, sendo que, em 2022 foram lançadas 5 trilhas (Cultura de Dados, Projetos, Excelência no Atendimento, Excelência em Vendas, Carreira: Gestão Pessoal, Saúde no Trabalho, Alta Performance e Videoteca).

O BASA disponibiliza, ainda, aos seus empregados o Portal Educacional, disponível na modalidade à distância. Até setembro foram realizados 20.748 cursos no Portal Educacional, totalizando 84.576 horas de estudos, enquanto que nos mesmo período de 2021 foram 57.753, crescimento de 46,4%

Qualidade de Vida

O Banco realiza várias ações de *Endomarketing* e disponibiliza Programas de Prevenção a Saúde com o objetivo de valorizar, reconhecer e prevenir a saúde dos empregados, como Programa Corredores em Ação, Programa Ver O Peso; Programa de Reconhecimento e Valorização (PRV); Programa de Ginástica Laboral; Cuidando de sua Saúde; Valorização da Diversidade; Programa de Voluntariado, Programa Revelando Talentos dentre outros.

Comentário do Desempenho**Auditoria Independente – KPMG**

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do BASA e do FNO.

O Banco declara que, no 3T22, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou mesmo promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

Agradecimentos

O BASA agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade, parceria depositada na instituição, contribuindo para resultados sólidos e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Administração.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

Nota 1 - Contexto operacional
Nota 2 - Apresentação das informações trimestrais
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez
Nota 6 - Títulos e valores mobiliários
Nota 7 - Operações de crédito
Nota 8 - Outros ativos financeiros e outros ativos
Nota 9 - Imobilizado de uso e intangível
Nota 10 - Depósitos, captações no mercado aberto e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)
Nota 11 - Obrigações por empréstimos
Nota 12 - Obrigações por repasses
Nota 13 - Outras captações
Nota 14 - Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
Nota 15 - Patrimônio Líquido
Nota 16 - Tributos
Nota 17 - Desdobramento das contas de resultado
Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Nota 21 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 22 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
Nota 23 - Fundos de investimentos financeiros
Nota 24 - Partes relacionadas
Nota 25 - Benefícios a empregados
Nota 26 - Remuneração paga aos empregados
Nota 27 - Gerenciamento de riscos e capital
Nota 28 - Outras informações
Nota 29 - Eventos subsequentes

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada na Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (Nota Explicativa nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (Nota Explicativa nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Nota Explicativa nº 19).

2. Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009 e advindas das Resoluções CMN nº 4.910/2021 e Resolução BCB nº 2/2020. Fazem também, observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observadas nas informações trimestrais do Banco as seguintes normas:

Resolução CMN nº 4.924/2021 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução CMN nº 4.910/2021 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Deliberação CVM nº 117/2022 - Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
Resolução CMN nº 4.818/2020 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução CMN nº 4.818/2020 - Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução CMN nº 4.924/2021 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
Resolução CMN nº 4.924/2021 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo Intangível (CPC 04 R1);
Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso (CPC 27);
Resolução CMN nº 4.924/2021 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46);
Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas informações trimestrais do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As informações trimestrais (ITR) foram aprovadas pela Administração em 11 de novembro de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco. Os ativos e passivos indexados ao Dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do Dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (Nota Explicativa nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das informações trimestrais, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (Nota Explicativa nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado (valor justo) dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B³ – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o § do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são divulgados como circulante independentemente de suas datas de vencimento.

f) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas, para efeito de Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As rendas a apropriar de créditos com atraso igual ou superior a sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (Nota Explicativa nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e as instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

No trimestre, não houve constituição de provisão adicional nas operações de crédito do Banco. Os valores evidenciados referem-se tão somente à evolução natural dos saldos constituídos no exercício anterior em decorrência dos efeitos da atual conjuntura econômica resultantes da pandemia da COVID-19.

Risco de crédito (FNO): as provisões para as garantias financeiras prestadas para com o FNO foram feitas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016 e a Lei nº 10.177/2001. O valor que corresponde a 50% do risco das operações contratadas com recursos do FNO a partir de 1º de dezembro de 1998 é calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado no Banco em outras obrigações diversas a título de provisão para garantias financeiras prestadas – FNO Rural/Industrial (Nota Explicativa nº 14).

g) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Imobilizado de uso e intangível

O investimento e o imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo, contabilizada em outras despesas administrativas (Notas Explicativas nºs 9.a e 17.c).

O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida. Esses ativos são ajustados por perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável, e devidamente amortizados. A amortização também é contabilizada em outras despesas administrativas (Notas Explicativas nºs 9.b e 17.c). As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas notas explicativas.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso haja evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

j) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (Nota Explicativa nº 10).

k) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação são ações executadas de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovadas pela Resolução CVM n.º 110/2022 e pela Resolução CMN n.º 4.877/2020.

O Banco mantém, junto aos seus empregados, benefícios, classificados de acordo com o Pronunciamento CPC nº 33(R1) como de curto prazo e de pós-emprego. O reconhecimento e a mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo valor original, sem, portanto, desconto a valor presente, mediante cálculo iminentemente financeiro ou cálculo atuarial (financeiro e probabilístico, em conjunto), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego de natureza previdenciária correspondem aos benefícios decorrentes de planos fechados de previdência complementar, do tipo “benefício definido” e “contribuição variável”, que contam com o patrocínio do Banco, além do plano de assistência médica, todos estes enquadrados como de “benefício definido” segundo o Pronunciamento CPC nº 33(R1).

O custo de benefício definido diz respeito à variação no valor líquido de passivo/(ativo) de benefício definido, decorrente do custo do serviço, dos juros líquidos e dos ganhos e perdas atuariais. O custo do serviço corresponde ao custo do serviço corrente, ao custo do serviço passado e a qualquer ganho ou perda na liquidação.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo do serviço corrente corresponde ao aumento no valor presente da obrigação decorrente de mais um ano de serviço prestado pelo empregado, enquanto o custo dos juros resulta da aplicação da taxa de desconto sobre o valor presente da obrigação atuarial, ajustado pelas contribuições e pagamentos de benefícios, todos determinados na data das informações trimestrais. O custo do serviço passado corresponde à variação no valor presente da obrigação decorrente do serviço prestado pelo empregado em períodos anteriores, resultante de alterações ou reduções no plano.

Os juros líquidos, apropriados durante o período, correspondem à mudança no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo. Os juros líquidos são mensurados multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, pela taxa de desconto, ambos determinados na data das informações trimestrais. O valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido deve considerar quaisquer alterações decorrentes de contribuições ou pagamentos de benefícios. Dessa forma, os juros líquidos compreendem o custo dos juros, a receita de juros, os juros sobre ativo irrecuperável ou os juros sobre a restrição da obrigação (*risk sharing*).

Os juros sobre o efeito do teto de ativo são decorrentes da aplicação da taxa de desconto determinada no início do período das informações trimestrais sobre o valor do superávit irrecuperável, também determinado na data das informações trimestrais.

Efeito do teto de ativo é o valor que limita o reconhecimento de um superávit em um plano de benefícios, dado que o superávit em um plano de benefício somente pode ser reconhecido quando benefícios econômicos futuros estejam disponíveis em forma de redução de contribuições ou restituição em dinheiro diretamente à patrocinadora ou por meio de redução de déficit de outro plano patrocinado pela Entidade. No momento, o termo utilizado para efeito do teto do ativo é superávit irrecuperável para os planos de benefícios previdenciários com situação de superávit atuarial.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e as perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, em “Outros Resultados Abrangentes”, sensibilizando o patrimônio líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes das alterações dos valores estimados, que compõem o conjunto de hipóteses e de premissas atuariais levadas em consideração nos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços técnicos de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a reavaliação desses cálculos, incluindo, além das variáveis anteriormente mencionadas, a análise de sensibilidade por alteração significativa de valor estimado das premissas mais relevantes, a saber: taxa de juros atuarial e expectativa de sobrevida da tábua de mortalidade.

- **Auxílio-saúde**

Trata-se de repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, mediante crédito em folha de pagamento, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, observados os limites estabelecidos e a disponibilidade orçamentária em cada ano.

- **Plano de benefício definido**

Para esse plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar Nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Deliberação CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. O cálculo da obrigação do Banco nos planos de benefício definidos é atualizado trimestralmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

- **Plano misto de benefício**

Está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de percepção do benefício concedido. Para esse plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução ME/CGPC nº 26/2008.

As reavaliações da obrigação líquida dos planos incluem: os ganhos e as perdas atuariais, a diferença do retorno sobre os ativos do plano com o valor líquido do passivo de benefício definido (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (excluindo juros), reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Aposentados de responsabilidade do Banco

O Plano de Benefícios Previdenciais de Assistidos do Banco está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). Criado antes mesmo da vigência da Lei Complementar nº 109/2001, nesse plano os benefícios têm valor ou nível previamente estabelecidos. Estando fechado a adesões, não pode mais ocorrer o ingresso de empregado ou de ex-empregado, sendo o universo composto exclusivamente por assistidos do Banco.

O custeio dos planos é determinado atuarialmente, de forma a assegurar a concessão e a manutenção dos benefícios, de responsabilidade direta do Banco e dos próprios assistidos.

• Prev Amazônia

Trata-se de um Plano de Contribuição Variável (CV) que assegura aos seus participantes, por acumulação de contribuições recolhidas e devidamente capitalizadas, um montante em dinheiro que, no momento da entrada da aposentadoria, se transformará em benefício.

O detalhamento dos benefícios a empregados está apresentado na Nota Explicativa nº 25.

I) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (Nota Explicativa nº 16):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – de set/2015 a dez/2018 ¹	20%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – até fev/2020	15%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de mar/2020 ²	20%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – de jul/2021 a dez/2021 ³	25%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de jan/2022	20%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – de ago/2022 a dez/2022 ⁴	21%
PIS/Pasep	0,65%
COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) Período vigente de acordo com a Lei nº 13.163/2015 que trata da alíquota de 20% da CSLL.

(2) Alteração da alíquota em função da Emenda Constitucional nº 103/2019, art. 32 e inciso I do art. 36.

(3) Alteração de alíquota em função da Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

(4) Período vigente de acordo com a MP nº 1.115/2022 que trata da alíquota de 21% da CSLL.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Resolução CVM nº 72/2022 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os ativos contingentes representam direitos com realização incerta e, por esse motivo, não são reconhecidos nas informações trimestrais do Banco. No entanto, havendo avaliação de entrada futura de recursos como praticamente certa, caberá a divulgação do ativo em notas explicativas, seguindo o contido no item 89 do CPC 25.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas informações trimestrais quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Considera-se o histórico de desembolso de caixa para processos semelhantes. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$1.000.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (Nota Explicativa nº 14).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas informações trimestrais, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação, sendo controlados internamente.

Obrigações legais decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas informações trimestrais (Nota Explicativa nº 14).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.a).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

n) Outros ativos e passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou aos índices oficiais da data do encerramento das informações trimestrais. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de "rendas a apropriar" ou "despesas a apropriar".

o) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das informações trimestrais.

p) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às informações trimestrais é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações trimestrais;
2. Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações trimestrais.

Houve evento subsequente relevante para as informações trimestrais encerradas em 30 de setembro de 2022 (nota nº 29).

q) Uso de estimativas

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas e as aplica de forma prospectiva.

Ativos e passivos sujeitos às incertezas relacionadas a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 6 – avaliação de perda permanente de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

Nota Explicativa nº 7 – critério de provisionamento na mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Nota Explicativa nº 14 – reconhecimento na mensuração de provisão para contingências.

Nota Explicativa nº 16 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Nota Explicativa nºs 14 e 25 – reconhecimento na mensuração de provisão para benefícios pós-emprego.

Nota Explicativa nº 20 – critério de provisionamento na mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

crédito FNO – Risco Compartilhado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas aplicadas na base de 30 de setembro de 2022 e que possuem risco de gerar ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período estão incluídas nas notas explicativas.

r) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CVM nº 113/2022. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (Nota Explicativa nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

s) Resultado recorrente e não recorrente

O resultado não recorrente, de acordo com definição contida na Resolução BCB nº 2/2020, é composto por eventos não relacionados às atividades normais da instituição ou que estão relacionados, mas de forma incidental, sem previsão de ocorrência frequente. A ocorrência do evento por mais de dois exercícios seguidos, invalida sua classificação como não recorrente. As informações sobre os resultados recorrentes e não recorrentes estão contidas na Nota Explicativa 28.c.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2022	31.12.2021
Caixa	64.658	75.723
Disponibilidade em Moeda Nacional	48.765	56.890
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	15.893	18.833
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez^(*)	2.149.989	1.656.235
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	2.149.989	1.626.003
Aplicações Depósitos Interfinanceiros - Equivalentes de Caixa	-	30.232
Total	2.214.647	1.731.958

^(*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.**5. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	30.09.2022	31.12.2021
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.266.101	1.948.260
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	2.149.989	1.626.003
Letras Financeiras do Tesouro	1.249.992	212.506
Letras do Tesouro Nacional	-	1.263.500
Notas do Tesouro Nacional	899.997	149.997
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	116.112	322.257
Aplicações Depósitos Interfinanceiros - Equivalentes de Caixa	-	30.232
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	116.112	292.025
Provisão p/ Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(17.459)	(17.459)
Total	2.248.642	1.930.801
Circulante	2.248.642	1.880.320
Não Circulante	-	50.481

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$17.459 (R\$17.459 em 31/12/2021), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e da liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no período de 01.01 a 30.09.2022, R\$232.160 (R\$16.830 no período de 01.01 a 30.09.2021) e estão registradas como rendas de TVM. O avanço está relacionado ao aumento na taxa SELIC e ao incremento no fluxo diário dos recursos.

A variação positiva no total de aplicações interfinanceiras deve-se ao maior ingresso de volume de recursos do FNO e ao cenário de alta de taxa de juros (SELIC), em que há uma redução no volume de títulos pré-fixados como as LTNs e um incremento no volume de títulos pós-fixados como as LFTs.

6. Títulos e valores mobiliários (TVM)**a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:**

	30.09.2022	31.12.2021
Carteira Própria – Livres	9.782.523	9.785.867
Títulos Públicos	7.226.273	6.986.931
Letras Financeiras do Tesouro	6.757.249	6.556.075
Letras do Tesouro Nacional	49.975	-
Notas do Tesouro Nacional	419.049	406.493
Certificados Financeiros do Tesouro	-	24.363
Títulos Privados	2.556.250	2.798.936
Debêntures	791.956	839.488
Cotas de Fundos de Investimento-FIDC	40.497	39.518
Cotas de Fundos de Investimento-Renda Fixa	44.868	40.649
Cotas de Fundos de Investimento-FI REF	42.866	39.071
Letras Financeiras	1.636.063	1.840.210
Vinculados a Operações Compromissadas	120.037	200.144
Títulos Públicos	120.037	200.144
Letras Financeiras do Tesouro	120.037	200.144
Vinculados ao Banco Central-Dep. p/ capital	1.066.894	-
Títulos Públicos	1.066.894	-
Letras Financeiras do Tesouro	1.066.894	-
Vinculados a Prestação de Garantias	644.192	645.349
Títulos Públicos	644.192	645.349
Letras Financeiras do Tesouro	46.487	44.681
Notas do Tesouro Nacional	597.705	600.668
Total	11.613.646	10.631.360
 Circulante	 3.864.398	 2.739.006
Não Circulante	7.749.248	7.892.354

A composição da carteira de TVM é resultante das políticas financeiras e adotadas pelo Banco (Declaração de apetite a riscos, Gestão de Capital dentre outras) e da supervisão e monitoramento do Comitê de Ativos e Passivos e do Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e Capital. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 78,0% do total da carteira (73,7% em 31/12/2021).

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R\$46.487 (R\$42.536 em 31/12/2021) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ - Brasil, Bolsa, Balcão e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), R\$0 (R\$2.145 em 31/12/2021) em garantia de processos judiciais e R\$597.705 (R\$600.668 em 31/12/2021) em garantias com operações BB Previdência.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A elevação da carteira de TVM foi motivada pelo recurso do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e pelo aumento no volume de depósito de reinvestimento.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a.1) Quanto ao vencimento

	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima 15 anos	TOTAL
1-Títulos para Negociação⁽¹⁾	-	-	137.853	-	-	-	-	137.853
Títulos Públicos	-	-	137.853	-	-	-	-	137.853
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	137.853	-	-	-	-	137.853
2-Títulos Disponíveis p/ Venda	87.734	462.185	3.176.626	4.023.579	1.943.176	1.495.532	285.823	11.474.655
Títulos Públicos	-	49.975	2.493.174	2.988.445	1.710.167	1.390.821	285.823	8.918.405
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.493.174	2.988.445	1.710.167	661.028	-	7.852.814
Letras do Tesouro Nacional	-	49.975	-	-	-	-	-	49.975
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	729.793	285.823	1.015.616
Títulos Privados	87.734	412.210	683.452	1.035.134	233.009	104.711	-	2.556.250
Debêntures	-	48.613	154.791	304.599	233.009	50.944	-	791.956
Cotas de Fundos de Invest. - FIDC	-	327	-	26.410	-	13.760	-	40.497
Cotas de Fundos de Invest. - Renda Fixa	44.868	-	-	-	-	-	-	44.868
Cotas de Fundos de Invest. - FI REF	42.866	-	-	-	-	-	-	42.866
Outros Títulos Privados - LF/DPGE	-	363.270	528.661	704.125	-	40.007	-	1.636.063
3-Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	559	-	579	-	1.138
Títulos Públicos	-	-	-	559	-	579	-	1.138
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	559	-	579	-	1.138
Total 30.09.2022	87.734	462.185	3.314.479	4.024.138	1.943.176	1.496.111	285.823	11.613.646
Total 31.12.2021	79.720	473.396	2.059.089	4.648.646	2.241.572	844.650	284.287	10.631.360

(¹) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no circulante, conforme § do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001.

a.2) Quanto aos ajustes

	30.09.2022			31.12.2021		
	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação
Para Negociação	137.844	137.853	9	361.894	361.803	(91)
Letras Financeiras do Tesouro	137.844	137.853	9	361.894	361.803	(91)
Disponíveis para Venda	11.634.877	11.437.386	(197.491)	10.402.270	10.205.604	(196.666)
Letras Financeiras do Tesouro	7.852.292	7.852.814	522	6.450.763	6.439.097	(11.666)
Letras do Tesouro Nacional	50.000	49.975	(25)	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	1.188.182	978.270	(209.912)	1.139.906	967.494	(172.412)
Debêntures	793.054	791.956	(1.098)	843.955	839.488	(4.467)
Cotas Fundos Invest. - FIDC	40.574	40.574	-	39.595	39.595	-
Cotas Fundos Invest. - R. Fixa	44.868	44.868	-	40.649	40.649	-
Cotas Fundos Invest. - FI REF	42.866	42.866	-	39.071	39.071	-
Outros Títulos Privados - LF/DPGE	1.623.041	1.636.063	13.022	1.848.331	1.840.210	(8.121)
Mantidos até o Vencimento	1.138	1.937	799	25.441	25.816	375
Notas do Tesouro Nacional	1.138	1.937	799	1.078	1.012	(66)
Certificados Fin. do Tesouro	-	-	-	24.363	24.804	441

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e as perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	30.09.2022	31.12.2021
Desvalorização	(877.285)	(799.797)
Valorização	679.794	603.131
Total	(197.491)	(196.666)

a.4) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	3º trim/2022	3º trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	65.705	7.363	232.160	16.830
Ganhos/Perdas em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	3.370
Títulos de Renda Fixa	383.886	179.424	1.031.501	413.138
Lucros com Títulos de Renda Fixa	-	20	-	347
Prejuízo com Títulos de Renda Fixa	-	(218)	-	(447)
Aplicação Fundos de Investimentos	1.676	888	4.219	2.047
TVM - Ajuste Positivo ao Valor de Mercado	159	295	441	643
TVM - Ajuste Negativo ao Valor de Mercado	(111)	-	(341)	(269)
Total	451.315	187.772	1.267.980	435.659

7. Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	30.09.2022			31.12.2021		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Operações de Crédito						
Empréstimos	2.497.747	150.848	2.648.595	2.304.470	134.976	2.439.446
Direitos Cred. Descontados	6.337	267	6.604	5.654	6.203	11.857
Financiamentos	4.109.746	60.471	4.170.217	2.577.371	23.823	2.601.194
Financiamentos Rurais	10.805.957	34.886	10.840.843	6.130.082	42.252	6.172.334
Subtotal	17.419.787	246.472	17.666.259	11.017.577	207.254	11.224.831
Adiant. s/ Contrato Câmbio	41.548	20.487	62.035	49.103	3.844	52.947
Total da Carteira	17.461.335	266.959	17.728.294	11.066.680	211.098	11.277.778
(Provisões)						
(Operações de Crédito)	(316.474)	(102.463)	(418.937)	(239.423)	(123.670)	(363.093)
(Câmbio)	(52)	(20.487)	(20.539)	(6.026)	(2.212)	(8.238)
Total das Provisões	(316.526)	(122.950)	(439.476)	(245.449)	(125.882)	(371.331)
Total Líquido	17.144.809	144.009	17.288.818	10.821.231	85.216	10.906.447
Circulante			7.678.612			4.660.667
Não Circulante			9.610.206			6.245.780

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	30.09.2022	31.12.2021
Setor Privado		
Rural	10.844.497	6.173.471
Indústria	1.778.029	1.492.235
Comércio	2.360.474	1.719.659
Pessoas Físicas	892.574	814.089
Serviços	1.852.720	1.078.324
Total da Carteira	17.728.294	11.277.778

b) Concentração dos principais devedores:

	30.09.2022	% Carteira	31.12.2021	% Carteira
Maior devedor	383.882	2,2	301.310	2,7
10 maiores devedores	2.044.108	11,5	1.456.708	12,8
50 maiores devedores	3.021.790	17,0	2.115.227	18,8
100 maiores devedores	1.076.402	6,1	707.531	6,3
Demais devedores	11.202.112	63,2	6.697.002	59,4
Total	17.728.294	100,0	11.277.778	100,0

Esses créditos apresentam o perfil a seguir, classificados de acordo com a faixa de vencimento das operações:

c) Operações a vencer

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Total da carteira
AA	7.175	77.069	61.065	162.598	751.697	2.605.529	3.665.133
A	36.596	193.624	214.079	556.675	3.319.167	4.973.571	9.293.712
B	17.581	40.344	67.495	161.671	668.435	1.337.939	2.293.465
C	19.524	31.161	32.476	107.768	226.370	1.057.147	1.474.446
D	2.405	72.646	33.966	9.598	17.556	266.308	402.479
E	5.762	5.879	5.650	18.284	31.864	164.484	231.923
F	148	454	121	1.225	1.962	4.121	8.031
G	1.451	88	79	270	2.618	5.901	10.407
H	4.013	5.085	8.560	4.870	17.337	41.874	81.739
Total 30.09.2022	94.655	426.350	423.491	1.022.959	5.037.006	10.456.874	17.461.335
Total 31.12.2021	194.499	190.070	196.358	1.466.900	2.687.818	6.331.035	11.066.680

d) Operações vencidas

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Saldo a vencer	Total da carteira
B	16.753	1.278	-	-	-	-	24.157	42.188
C	5.026	11.766	2.495	16.011	-	-	19.958	55.256
D	2.263	2.142	4.021	2.679	-	-	10.099	21.204
E	2.711	2.343	1.854	4.107	4.023	-	8.608	23.646
F	1.520	2.364	1.480	4.324	2.770	-	7.747	20.205
G	926	1.049	1.020	2.941	1.804	-	2.006	9.746
H	4.858	8.150	4.961	23.889	42.478	538	9.840	94.714
Total 30.09.2022	34.057	29.092	15.831	53.951	51.075	538	82.415	266.959
Total 31.12.2021	19.581	14.614	16.551	44.363	59.241	2.045	54.703	211.098

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Composição das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.09.2022				31.12.2021			
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Total	Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Total
AA	-	3.665.133	-	-	-	2.346.466	-	-	-
A	0,5	9.293.712	(46.469)	-	(46.469)	5.454.107	(27.271)	-	(27.271)
B	1	2.335.653	(23.356)	-	(23.356)	1.438.113	(14.381)	-	(14.381)
C	3	1.529.702	(45.891)	-	(45.891)	1.181.911	(35.457)	-	(35.457)
D	10	423.683	(42.368)	(26)	(42.394)	401.661	(40.166)	(116)	(40.282)
E	30	255.569	(76.671)	(16)	(76.687)	242.583	(72.775)	(35)	(72.810)
F	50	28.236	(14.118)	(1)	(14.119)	48.873	(24.437)	(2)	(24.439)
G	70	20.153	(14.107)	-	(14.107)	24.577	(17.204)	-	(17.204)
H	100	176.453	(176.453)	-	(176.453)	139.487	(139.487)	-	(139.487)
Total		17.728.294	(439.433)	(43)	(439.476)	11.277.778	(371.178)	(153)	(371.331)

(¹) Refere-se à provisão adicional, constituída no exercício de 2020, por agravamentos de nível de risco e aplicação de percentuais excedentes aos requerimentos mínimos, a partir de avaliações internas, com base na Resolução CMN nº 2.682/1999. Os saldos são reflexos das movimentações da carteira como amortizações, liquidações e baixas para prejuízo.

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	30.09.2022	30.09.2021
Saldo no Início do Período	(371.331)	(294.094)
Provisões Constituídas	(184.370)	(134.472)
Valores Baixados para Prejuízo	115.250	86.076
Reversões	975	213
Saldo no Final do Período	(439.476)	(342.277)

g) Receitas de operações de crédito

	3º trim/2022	3º trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Empréstimos	106.220	55.936	277.954	145.230
Direitos Creditórios Descontados	555	766	2.438	1.984
Financiamentos	76.082	67.706	297.361	145.664
Financiamentos Rurais	163.916	52.946	385.832	120.835
Financiamentos Agroindustriais	6	25	42	76
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	16.303	25.512	124.993	53.440
Rendas de Repasses Interfinanceiros	2.439	141	3.014	511
Total	365.521	203.032	1.091.634	467.740

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Operações renegociadas e recuperadas

	3º trim/2022	3º trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Renegociadas (*)	14.584	38.226	61.195	148.360
Carteira Comercial	2.052	1.304	4.745	4.258
Carteira de Fomento	12.532	36.922	56.450	144.102
Recuperadas	16.303	25.512	124.993	53.440
Carteira Comercial	7.767	4.459	70.830	16.786
Carteira de Fomento	8.536	21.035	40.714	36.636
Câmbio	-	18	13.449	18

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

As renegociações apresentaram um decréscimo na comparação com o mesmo período de 2021. Essa variação é reflexo da descontinuação de mecanismos legais e extraordinários de renegociações como os que ocorreram na fase mais aguda da pandemia da COVID-19, em que alcançaram um estoque mais significativo de operações elegíveis à renegociação.

No que tange às recuperações de crédito, o movimento se revelou positivo no acumulado do ano (crescimento de 133,9%) em virtude das ações internas de cobrança, acompanhamento e impulsionamento dos processos de cobrança judicial, cujo reflexo foi a celebração de acordos administrativos e judiciais. A redução apresentada no 3º trimestre/2022 foi motivada pela maior demanda referente a Lei nº 14.166/2021 (fonte FNO).

8. Outros ativos financeiros e outros ativos

	30.09.2022	31.12.2021
Outros Ativos Financeiros	1.094.318	665.006
Relações Interfinanceiras e Interdependências	896.936	499.289
Rendas a Receber	88.202	86.447
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 14.a)	46.461	46.177
Pagamentos a Ressarcir	41.272	32.124
Títulos e Créditos a Receber	21.447	969
Com Característica de Concessão de Crédito	20.487	-
Sem Característica de Concessão de Crédito	960	969
Outros Ativos	28.639	30.286
Devedores para Apuração de Responsabilidades	27.042	25.338
(-) Provisão para Apuração de Responsabilidades	(27.042)	(25.338)
Demais Ativos	28.639	30.286
Total	1.122.957	695.292
 Circulante	 874.467	 683.583
Não Circulante	248.490	11.709

O saldo de devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$ 27.042 (R\$ 25.338 em 31/12/2021), corresponde ao registro de eventos classificados como risco operacional. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado de uso e intangível

a) Imobilizado de uso

	30.09.2022	31.12.2021
Imóveis de Uso	109.868	110.638
Terrenos	15.399	15.446
Edificações	94.469	95.192
Outras Imobilizações de Uso	249.558	248.549
Móveis e Equipamentos em Estoque	624	608
Imobilizações em Curso	12.359	17.997
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	71.346	70.702
Instalações	10.194	10.194
Móveis e equipamentos de uso	61.152	60.508
Outras	165.229	159.242
Sistema de Comunicação	3.027	2.999
Sistema de Processamento de Dados	149.255	144.273
Sistema de Segurança	12.937	11.970
Outros imobilizados de uso	10	-
Subtotal	359.426	359.187
(-) Depreciações Acumuladas	(247.437)	(230.102)
Total	111.989	129.085

b) Intangível

	30.09.2022	31.12.2021
Softwares Desenvolvidos e em Desenvolvimento (*)	370.556	344.168
(-) Amortização Acumulada	(253.886)	(232.358)
Total	116.670	111.810

(*) A variação positiva é referente novas aquisições.

O aumento do intangível é referente novas aquisições.

A movimentação do imobilizado de uso e intangível no período está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31.12.2021	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.09.2022
Imobilizado de Uso	129.085	1.168	(327)	(17.937)	111.989
Intangível	111.810	26.388	-	(21.528)	116.670
Total	240.895	27.556	(327)	(39.465)	228.659

	Saldos em 31.12.2020	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.09.2021
Imobilizado de uso	145.333	1.007	(399)	(18.937)	127.004
Intangível	123.752	11.474	-	(22.121)	113.105
Total	269.085	12.481	(399)	(41.058)	240.109

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Resolução CMN nº 4.957/2021 estabeleceu o limite de 50% do patrimônio de referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.09.2022	31.12.2021
Limite para Imobilização	2.318.059	1.778.218
(-) Situação	(112.255)	(129.226)
Margem	2.205.804	1.648.992
Índice de Imobilização	2,4%	4,0%

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31 de dezembro de 2009.

10. Depósitos, captações no mercado aberto e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)**a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:**

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 30.09.2022	Total em 31.12.2021
À Vista⁽¹⁾	2.164.372	-	-	2.164.372	2.000.942
Poupança	780.019	-	-	780.019	792.764
Interfinanceiros	89.607	-	-	89.607	41.672
A Prazo	4.000.179	642.153	1.013.956	5.656.288	3.585.143
A prazo	237.974	642.153	1.013.956	1.894.083	1.842.803
Judiciais com Remuneração	68.217	-	-	68.217	64.486
Especiais com Remuneração	3.693.988	-	-	3.693.988	1.677.854
Sudam ⁽²⁾	2.917.261	-	-	2.917.261	1.026.339
Finam	701.101	-	-	701.101	631.034
Outros	75.626	-	-	75.626	20.481
Total	7.034.177	642.153	1.013.956	8.690.286	6.420.521
Circulante				7.676.330	5.518.361
Não Circulante				1.013.956	902.160

(¹) Classificados no prazo de até três meses, sem considerar a média histórica do giro;

(²) Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite às empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa a 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

b) Quanto às captações no mercado aberto e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)

As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, registraram o volume de R\$119.997 em 30 de setembro de 2022 (R\$200.018 em 31/12/2021), e foram negociadas, ao longo do período, a uma taxa média anualizada de 13,5% (4,4% em 31.12.2021) e estavam lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

As obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio totalizaram R\$300.516 em 30 de setembro de 2022 (R\$251.192 em 31/12/2021).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Despesas de captações no mercado:

	3º trim/2022	3º trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Despesas de Captações c/ Depósitos	(204.797)	(47.808)	(505.213)	(99.859)
A Prazo	(60.276)	(17.254)	(149.791)	(34.933)
Poupança	(15.520)	(6.847)	(42.172)	(15.329)
Especiais	(117.274)	(18.288)	(284.338)	(36.261)
Interfinanceiros	(614)	(460)	(759)	(765)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(8.102)	(2.459)	(19.890)	(4.752)
Judiciais	(1.374)	(1.047)	(3.710)	(3.560)
Fundo Garantidor de Créditos	(1.637)	(1.453)	(4.553)	(4.259)
Desp. de Captações Mercado Aberto (Carteira Própria)	(5.937)	(2.307)	(16.538)	(5.248)
Total	(210.734)	(50.115)	(521.751)	(105.107)

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015.

O avanço nas despesas de captação foi motivado por maior volume nos depósitos e pela elevação das taxas de juros.

11. Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 30 de setembro de 2022 é de R\$52.968, com vencimento no curto prazo (R\$71.095 em 31/12/2021, no curto prazo) referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 4,5% a.a. (2,0% a.a. em 31/12/2021) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (Dólares Norte-Americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12. Obrigações por repasses

a) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	30.09.2022			31.12.2021		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,2	5,0	18.512	5,2	6,0	21.293
BNDES Industrial	3,0	18,8	278.821	3,1	18,6	260.970
BNDES Rural	3,9	4,9	228.681	3,9	5,3	248.317
BNDES Comércio	5,3	7,0	27.504	4,1	6,5	50.049
BNDES Serviços	6,6	4,4	470	6,9	2,2	7.368
Finep	1,5	1,0	117	1,5	6,0	211
Finame Industrial	2,9	2,1	5.699	2,7	2,7	8.862
Finame Rural	4,9	3,2	25.527	4,4	3,9	35.980
Finame Comércio	5,2	4,0	2.144	5,2	3,8	2.158
Finame Serviços	1,7	1,7	3.379	1,4	2,4	5.498
STN OGU	1,3	2,6	25.506	0,5	0,6	25.583
Total			616.360			666.289
Circulante			83.610			96.893
Não circulante			532.750			569.396

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na Nota Explicativa nº 28.a.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	373	626	938	1.876	7.505	7.194	-	18.512
BNDES Industrial	221	5.027	210	14.623	36.409	35.416	186.915	278.821
BNDES Rural	5.321	-	-	6.896	114.170	85.741	16.553	228.681
BNDES Comércio	789	1.507	723	4.160	9.834	5.666	4.825	27.504
BNDES Serviços	19	35	18	129	237	32	-	470
Finep	11	21	32	53	-	-	-	117
Finame Industrial	325	1.048	714	1.500	2.027	85	-	5.699
Finame Rural	660	5.042	10	2.381	-	-	17.434	25.527
Finame Comércio	67	155	202	347	859	320	194	2.144
Finame Serviços	66	665	721	671	1.256	-	-	3.379
STN OGU	25.426	-	-	2	78	-	-	25.506
Total 30.09.2022	33.278	14.126	3.568	32.638	172.375	134.454	225.921	616.360
Total 31.12.2021	28.808	18.484	5.180	44.421	197.649	142.329	229.418	666.289

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R\$25.506 (R\$25.583 em 31/12/2021).

Nesse período e no 3º trimestre de 2021 não houve repasses efetuados pelo tesouro nacional. Quanto à taxa de administração, relacionada aos recursos do OGU, não houve registro nesse 3º trimestre, assim como não houve no 3º trimestre de 2021.

b) Despesas de obrigações para empréstimos e repasses

	3º trim/2022	3º trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Despesas de Obrigações p/Empréstimos e Repasses	(33.804)	(30.601)	(125.116)	(70.252)
Tesouro Nacional ⁽¹⁾	(23.920)	(12.386)	(79.936)	(25.122)
BNDES	(6.637)	(12.734)	(34.520)	(37.592)
Finame	(439)	(612)	(1.603)	(1.995)
Finep	(2)	(1)	(5)	(4)
Com Banqueiros no Exterior	(2.806)	(4.868)	(9.052)	(5.539)
Despesas de Obrigações p/Fundos Fin .Desenvolvimento ⁽²⁾	(214.103)	(121.114)	(680.800)	(253.201)
Total	(247.907)	(151.715)	(805.916)	(323.453)

⁽¹⁾ Inclui, basicamente, a despesa com a remuneração relativa ao IECF, conforme citado na nota nº 13.e.

⁽²⁾ Os principais valores estão relacionados à atualização de recursos do FNO aplicados em operações com risco 100% e remuneração dos recursos disponíveis, impactadas pelo aumento nas liberações de repasses próprio e aumento da taxa Selic, respectivamente.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Outras captações

O grupo "Outras Captações" está composto pelos valores demonstrados abaixo:

a) Sociais e estatutárias

	30.09.2022	31.12.2021
Remuneração do Capital a Pagar (*)	551	196.648
Provisão para Participação nos Lucros	3.060	54.034
Total	3.611	250.682

(*) A variação verificada entre os períodos decorre do pagamento de JCP e Dividendos ocorrido em maio/2022. O valor que permanece é referente a JCP do último exercício.

Circulante	3.611	250.682
Não circulante	-	-

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	30.09.2022	31.12.2021
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 20)	13.878.429	9.074.375
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 22)	84.608	99.058
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 19)	71.653	80.093
Outros	78	78
Total	14.034.768	9.253.604

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa Selic, conforme definições da Lei Ordinária nº 14.227 de 20 de outubro de 2021 (nota nº 20), não apresentando vencimento.

Circulante	13.966.818	9.170.150
Não circulante	67.950	83.454

c) Outros passivos financeiros

	30.09.2022	31.12.2021
Cheques Administrativos	8	1.692
Contrato de Assunção de Obrigações	2	2
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	50.288	42.107
Obrigações por Convênios Oficiais	49	27
Obrigações por Prestação de Serviços	131	108
Parcelas de Operações de Crédito - Securitização	631	609
Levantamento de Depósitos Recursais (nota nº 14.a)	16.702	16.265
Credores Diversos - Imobilizações	17.527	734
Recebimento de Recursos para Aval	13.172	-
Demais	42.902	40.557
	141.412	102.101
Circulante	141.412	102.101
Não circulante	-	-

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Em 30 de dezembro de 2021, o Banco recebeu o valor de R\$1.000.000 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) através de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), mediante aprovação pela Câmara do Projeto de Lei de Crédito Especial nº 44/2021 e sanção Presidencial, em 28 de dezembro de 2021, da Lei nº 14.278/2021.

O Decreto nº 10.955/2022, em seu art. 4º, autorizou que encerrado o prazo para o exercício do direito de preferência, o acionista majoritário poderia subscrever e integralizar as ações restantes disponíveis.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovada a proposta de aumento do capital social do Banco da Amazônia S.A., no valor de R\$1.031.666, através da subscrição de 26.412.348 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 13 de junho de 2022, o Banco publicou aviso aos acionistas sobre o encerramento do período para exercício do direito de preferência para subscrição privada de ações. Foram subscritas, até 3 de junho de 2022 (inclusive), 426.069 novas ações de emissão do BASA ("Ações Subscritas"), ao preço de emissão de R\$39,06 por ação, totalizando o montante de R\$16.642.

Encerrado o prazo para o exercício do direito de preferência, o acionista majoritário subscreveu e integralizou as ações restantes disponíveis, que totalizaram 25.986.279 ações ordinárias nominativas, no montante de R\$1.015.024.

Com a aprovação de aumento de capital pelo Banco Central do Brasil, em 13 de setembro de 2022, o valor de R\$1.031.666 foi registrado em Capital Social.

Em 30 de setembro de 2022, o saldo dos resíduos de atualização monetária do AFAC é de R\$34.026 e encontra-se registrado no passivo circulante. Neste 3º trimestre de 2022, ocorreu atualização do resíduo de atualização monetária do AFAC, no valor de R\$1.087 (não ocorreu no 3º trimestre de 2021).

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

	30.09.2022	31.12.2021
Valor principal agregado dos aportes	-	1.000.000
Valor dos resíduos de atualização monetária de capitalizações já realizadas	34.026	-
Valor da atualização dos aportes ainda não convertidos em capital social	-	347

e) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (IECP)

No dia 9 de dezembro de 2014, o Banco e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como Instrumento Elegível ao Capital Principal (IECP), nos termos previstos no art. 14 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais, Letras do Tesouro Nacional, no montante de R\$999.999, monetizando o montante de R\$982.120, atendendo às exigências da Resolução CMN nº 4.955/2021.

De acordo com o contrato, os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

Em 30 de setembro de 2022 o saldo devedor do contrato é de R\$1.077.563 (R\$1.043.951 em 31/12/2021). O valor registrado no passivo circulante corresponde à provisão para pagamento da remuneração devida ao tesouro nacional até o final do período e, no passivo não circulante, corresponde ao principal. A remuneração foi calculada com base na variação da taxa Selic, atendendo, assim, o que foi pactuado no Contrato de Mútuo (Cláusula 3ª, inciso I) assinado com o Tesouro Nacional.

Com a homologação do aumento de capital pela Assembleia Geral Extraordinária e aprovação pelo Banco Central do Brasil, foram finalizadas as tratativas formais para desconstituição do IECP, sendo autorizado pelo Banco Central em 19 de setembro de 2022.

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento (SETO), conforme publicação no Diário Oficial da União (DOU), em 07 de outubro de 2022, autorizou a amortização do IECF, de acordo com o mencionado na nota nº 29 – Eventos Subsequentes.

	Valor emitido	Remuneração	Data da Captação	30.09.2022	31.12.2021
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000.000	Rentabilidade s/PL	09.12.2014	1.077.563	1.043.951
Circulante				77.564	43.952
Não circulante				999.999	999.999

f) Demais instrumentos financeiros

	30.09.2022	31.12.2021
Relações Interfinanceiras e Interdependências	36.452	4.792
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (*)	23.857	2.787
Carteira de Câmbio	-	1
Total	60.309	7.580
Circulante	60.309	7.580
Não circulante	-	-

(*) Na variação verificada entre os períodos, destaque para Arrecadação pelo recebimento de tributos federais através de DARF.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	30.09.2022	31.12.2021
Provisão para Pagamentos a Efetuar	131.420	115.149
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	1.464.321	1.502.754
FNO Rural/Industrial (nota nº 20)	1.439.784	1.470.554
FDA (nota nº 19)	24.007	31.747
Cessão de Crédito – Lei nº 9.138/1995 ⁽¹⁾	525	448
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Provisão para Passivos Atuariais ⁽²⁾	1.126.559	1.159.977
Fundo de Pensão de Benefício Definido	797.989	849.538
BD Liquidado (nota nº 25)	708.881	744.910
Misto Liquidado (nota nº 25)	32.774	33.575
Assistidos (nota nº 25)	56.334	71.053
Outros	328.570	310.439
Auxílio Saúde (nota nº 25)	328.570	310.439
Provisão para Demandas Judiciais ⁽³⁾ (nota nº 14.f)	220.616	164.396
Ações Trabalhistas (Indenizações) ⁽⁴⁾	152.881	91.652
Ações Cíveis	55.141	59.632
Ações Fiscais	1.537	941
Ações Trabalhistas (Capaf)	11.057	12.171
Provisão para Planos Saldados (notas nº 14.f e 25.b)	535.840	585.859
Plano BD	461.816	498.173
Plano Misto	74.024	87.686
Provisões Diversas (nota nº 14.f)	349	349
Desvalorização de Bens	349	349
Total	3.479.105	3.528.484
Circulante	792.584	741.222
Não circulante	2.686.521	2.787.262

⁽¹⁾ Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995 – Securitização I – de responsabilidade do Banco. O saldo dessas operações encontra-se registrado na conta “Cooberações em Cessões de Crédito”, do grupamento de compensação. Em 30 de setembro de 2022, o montante corresponde a R\$20.502 (R\$5.784 em 31/12/2021).

⁽²⁾ Através da IN BCB nº 275 de 01 de abril de 2022, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

⁽³⁾ A movimentação das provisões para demandas judiciais e provisões diversas está especificada na Nota Explicativa nº 14.f.

⁽⁴⁾ A variação entre os períodos é decorrente do reforço de provisão, registrada nesse trimestre, destinada a suportar eventuais acordos em processos de mediação em curso.

Provisão para garantias financeiras prestadas

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas está abaixo especificada:

Provisão p/ Garantias Financeiras Prestadas	Saldo em 31.12.2021	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Reversões	Saldo em 30.09.2022
Risco FNO Rural (nota nº 20)	601.373	51.002	(71.549)	-	580.826
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	869.181	84.852	(71.237)	(23.838)	858.958
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	448	80	-	(3)	525
FDA (nota nº 19)	31.747	5.846	(5.612)	(7.975)	24.007
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	-	5
Total	1.502.754	141.780	(148.397)	(31.816)	1.464.321

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão p/ Garantias Financeiras Prestadas	Saldos em 31.12.2020	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Reversões	Saldos em 30.09.2021
Risco FNO Rural (nota nº 20)	610.017	49.886	(69.137)	-	590.766
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	1.022.879	30.731	(80.253)	-	973.357
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	485	64	-	-	549
FDA (nota nº 19)	21.598	693	-	(835)	21.456
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	-	5
Total	1.654.984	81.374	(149.390)	(835)	1.586.133

Provisão para demandas judiciais

Em função das atividades que desenvolve, o Banco possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Levantamento de depósitos recursais

Em 30 de setembro de 2022, os levantamentos de depósitos recursais alcançaram o montante de R\$16.702 (R\$16.265 em 31/12/2021) e estão registrados em "Outros Passivos Financeiros" (Nota Explicativa nº 13.c).

Encontram-se registrados na rubrica "Outros Ativos Financeiros" os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão de R\$19.810 (R\$16.507 em 31/12/2021), relativa aos depósitos recursais baixados em outras instituições financeiras.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	30.09.2022	31.12.2021
Demandas Trabalhistas	65.152	61.565
(-) Provisão p/Devedores Depósitos Recursais	(19.810)	(16.507)
Demandas Fiscais	348	348
Demandas Cíveis	771	771
Total (nota nº 8)	46.461	46.177

b) Ações trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas, na grande maioria, por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria, ex-empregados de empresas terceirizadas. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação, responsabilidade subsidiária e outros. Destaca-se o reforço de provisão, registrada neste período, destinada a suportar eventuais acordos, em razão de processo de mediação em curso.

c) Ações fiscais

A despeito de seu perfil conservador, o Banco está sujeito a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais que podem, eventualmente, gerar autuações: composição da base de cálculo do IRPJ e da CSLL – dedutibilidades, discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores A maioria das ações judiciais versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua certidão de regularidade fiscal.

d) Ações cíveis

Os processos judiciais de natureza cível consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores por revisão contratual, entre outras. As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos juizados especiais cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários-mínimos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$8.263 (R\$8.804 em 31/12/2021).

e) Outras contingências - CAPAF

Nos valores registrados em outras contingências-CAPAF constam provisões para cobrir ações movidas por participantes da CAPAF, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

f) Provisões de contingências passivas

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica. Os valores são atualizados através da perda média ou da apuração individual, conforme melhor estimativa para o processo, não havendo aumento no valor descontado da provisão a valor presente.

As ações são classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações.

A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos. Não há previsão de qualquer reembolso esperado para as classes de provisão.

O Banco preconiza a mensuração e divulgação tanto da provisão quanto do passivo contingente, em conformidade com normas e regulamentações internas e externas.

A movimentação das provisões para demandas judiciais, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

Provisões p/ Demandas Judiciais-Prováveis	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (Capaf)	Planos Saldados	Diversas - Desv. Bens	Total
Saldo no Início do Período	91.652	59.632	941	12.171	585.859	349	750.604
Adições	129.474	41.004	1.070	1.500	-	-	173.048
Atualização Monetária	-	-	-	-	47.452	-	47.452
Baixa por Pagamento	(36.116)	(21.772)	(464)	(1.568)	(96.320)	-	(156.240)
Reversão da Provisão	(32.129)	(23.723)	(10)	(1.046)	(1.151)	-	(58.059)
Saldo no Final do Período (nota nº 14)	152.881	55.141	1.537	11.057	535.840	349	756.805

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (Capaf)	Planos Saldados	Diversas - Desv. bens
Até 5 anos	135.459	17.518	1.537	3.776	400.110	349
De 5 anos a 10 anos	4.729	19.820	-	2.625	119.762	-
Acima de 10 anos	12.693	17.803	-	4.656	15.968	-
Total	152.881	55.141	1.537	11.057	535.840	349

O cenário composto pela imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e não requerem provisão.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Demandas Judiciais - Possíveis	30.09.2022	31.12.2021
Causas Fiscais	53.496	16.836
Causas Trabalhistas	38.822	30.633
Causas Cíveis ⁽¹⁾	283.474	173.048
Causas Capaf	96	303
Total	375.888	220.820

⁽¹⁾ Composto por processos classificados como revisional R\$109.394 (R\$64.715 em 31/12/2021), danos morais e materiais R\$108.642 (R\$51.607 em 31/12/2021), a inexistência de débito R\$34.249 (R\$15.076 em 31/12/2021), debêntures do fimam R\$6.586 (R\$8.698 em 31/12/2021), honorários advocatícios R\$4.454 (R\$6.740 em 31/12/2021), improbidade administrativa R\$0 (R\$2.206 em 31/12/2021), exclusão de restritivos R\$10.611 (R\$10.612 em 31/12/2021), cotas do fimam R\$4.717 (R\$4.717 em 31/12/2021), substituição de garantias R\$0 (R\$3.856 em 31/12/2021), anulação de contrato R\$3.782 (R\$3.782 em 31/12/2021), criminal R\$702 (R\$702 em 31/12/2021), fundos Banco Santos R\$315 (R\$315 em 31/12/2021), tributário R\$22 (R\$22 em 31/12/2021).

15. Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	30.09.2022	31.12.2021
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	4.881.812	2.944.953
Valor Patrimonial por Ação (R\$) ⁽¹⁾	87,08	99,34
Valor de Mercado por Ação (R\$) ⁽²⁾	48,30	41,29

⁽¹⁾ Calculado com base no patrimônio líquido do Banco da Amazônia S.A.

⁽²⁾ Cotação de fechamento do mês, conforme B³ - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Capital social

Capital realizado

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2022, foi deliberada e aprovada a proposta de alteração do capital social do Banco, com a incorporação de parte da reserva estatutária, passando o capital social ao montante de R\$2.623.251.785,69, permanecendo a quantidade de 29.645.967 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal. O referido processo foi homologado pelo Banco Central do Brasil.

Aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada 29 de abril de 2022, foi aprovada a proposta de aumento do Capital Social do Banco da Amazônia S.A., no valor de R\$1.031.666.312,88 (Um bilhão, trinta e um milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e doze reais e oitenta e oito centavos), via subscrição de 26.412.348 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Após período para exercício do direito de preferência para subscrição das ações, o valor de R\$1.031.666 foi registrado em aumento de capital.

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de agosto de 2022, homologou o aumento de capital, via subscrição de novas ações, sendo 25.986.279 incorporadas pela União e 426.069 incorporadas pelos minoritários, adquiridas através do exercício do direito de preferência.

Após a homologação do aumento de capital pela AGE, o processo foi submetido ao Banco Central do Brasil e aprovado em 13 de setembro de 2022, passando o Capital Social do Banco da Amazônia para R\$3.654.918.098,57 (três bilhões, seiscentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e dezoito mil, noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Em 30 de setembro de 2022, conforme Estatuto Social, o capital social subscrito e integralizado é de R\$3.654.918 (R\$1.623.252 em 31/12/2021) e está representado por 56.058.315 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (29.645.967 em 31/12/2021).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quantidade de Ações	30.09.2022	31.12.2021
Domiciliados no País	56.056.544	29.645.699
Domiciliados no Exterior	1.771	268
Total	56.058.315	29.645.967

A participação acionária no capital do Banco está assim distribuída:

	30.09.2022		31.12.2021	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	54.379.991	97,0	28.396.430	95,8
Administração Direta – Ministério da Economia	41.098.877	73,3	15.115.316	51,0
Administração Indireta	13.281.114	23,7	13.281.114	44,8
FI CAIXA FGEDUC - Fundo de Investimento Multimercado	10.427.301	18,6	10.427.301	35,2
BB FGO - Fundo Investimento em Ações	2.853.813	5,1	2.853.813	9,6
Em Circulação	1.678.324	3,0	1.249.537	4,2
Total	56.058.315	100,0	29.645.967	100,0

c) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$17.879 (R\$18.480 em 31/12/2021) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$601, decorrentes de depreciação (R\$779 em 31/12/2021). Conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das reservas de capital e de lucros:

	30.09.2022	31.12.2021
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva de Lucros	1.314.588	1.875.067
Legal	215.580	193.622
Estatutária	994.617	1.681.445
Especial para dividendos não distribuídos	104.391	-

e) Lucro por ação

	30.09.2022	30.09.2021
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas (R\$/mil)	826.989	424.425
Quantidade de Ações (em unidades)	56.058.315	29.645.967
Lucro por Ação (R\$)	14,75230	14,31646

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ajuste de avaliação patrimonial

São registrados os ganhos ou as perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	30.09.2022	31.12.2021
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(495.895)	(574.099)
Títulos Disponíveis para Venda	(108.262)	(108.167)
Ajustes de Avaliação Atuarial	(387.633)	(465.932)

16. Tributos

a) Provisões constituídas

Nesse período o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	30.09.2022		30.09.2021	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	1.367.498	1.367.498	961.556	961.556
Exclusões Líquidas Caráter Permanente	(358.077)	(358.077)	-	-
Adições Líquidas Caráter Permanente	-	-	599	599
Adições Líquidas Caráter Temporário	263.909	263.909	168.826	168.826
Lucro Tributável antes Compensações	1.273.330	1.273.330	1.130.981	1.130.981
Lucro tributável antes compensações - até julho/2021	-	954.942	-	-
Lucro tributável antes compensações - até junho/2021	-	-	-	820.090
Alíquotas	15%	20%	15%	20%
Valores Devidos pela Alíquota Normal	191.000	190.988	169.647	164.018
Lucro Tributável Antes Compensações - a partir de março/2020	-	318.389	-	-
Alíquota a partir de agosto/2022	-	21%	-	-
Valores Devidos Pela Nova Alíquota	-	66.862	-	-
Lucro tributável antes compensações - julho a dez/2021	-	-	-	310.892
Alíquota de julho a dezembro/2021	-	-	-	25%
Valores devidos pela nova alíquota	-	-	-	77.723
Adicional de Imposto de Renda (10%)	127.315	-	113.080	-
Incentivos	(7.639)	-	(6.803)	-
Valores Devidos	310.676	257.850	275.924	241.741
Realização Reserva Reavaliação e Diferido s/MTM	(269)	(214)	(181)	(141)
Valores Registrados em Resultado Antes Ativação	310.407	257.636	275.743	241.600
Crédito Tributário s/Diferenças Temporárias	(13.826)	(13.708)	14.923	4.865
Valores Efetivamente Registrados no Resultado	296.581	243.928	290.666	246.465
% despesa efetiva em relação ao Lucro antes IRPJ/CSLL	21,7	17,8	30,2	25,6

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como ativo fiscal diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Relativamente aos planos de benefícios saldados, a atualização financeira dos contratos, que é registrada no resultado do Banco, está sendo ativada considerando a previsão de realização nos próximos 10 anos e calculada pelo

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

atuário do Banco.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Resolução CVM nº 110/2022, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos planos de benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e pela Resolução Bacen nº 2/2020.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de dez anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no patrimônio líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de setembro de 2022:

	31.12.2021	Constituição	Realização	30.09.2022
Imposto de Renda				
Provisão Trabalhista	103.823	130.974	70.859	163.938
Provisão para Risco de Crédito - Banco	522.813	184.369	125.968	581.214
Provisão para Risco de Crédito - FNO	921.175	95.047	56.171	960.051
Auxílio Pós-Emprego	332.579	4.653	55.770	281.462
Auxílio Pós-Emprego-Deliberação CVM nº 695/2012	212.928	33.616	176.314	70.230
Planos Saldados	585.859	46.301	96.320	535.840
Desvalorização Marcação a Mercado - venda	206.761	82.319	69.043	220.037
Provisão para Passivos Legais e Judiciais	51.768	40.060	43.413	48.415
Provisão para Reajuste Futuro-Res.CMN nº 4.877/2020	2.425	31.499	33.924	-
Outras Provisões	55.814	8.399	3.575	60.638
Base de Cálculo	2.995.945	657.237	731.357	2.921.825
Imposto de Renda Diferido (25%)	748.986	164.309	182.839	730.456
Contribuição Social				
Provisão Trabalhista	103.823	130.974	70.859	163.938
Provisão para Risco de Crédito - Banco	522.813	184.369	125.968	581.214
Provisão para Risco de Crédito - FNO	921.175	95.047	56.171	960.051
Auxílio Pós-Emprego	332.579	4.653,00	55.770	281.462
Auxílio Pós-Emprego-Deliberação CVM nº 695/2012	212.928	33.616,00	176.314	70.230
Planos Saldados	585.859	46.301	96.320	535.840
Desvalorização de Marcação a Mercado - venda	206.761	82.319	69.043	220.037
Provisão para Passivos Legais e Judiciais	51.768	40.060	43.413	48.415
Provisão para Reajuste Futuro-Res.CMN nº 4.877/2020	2.425	31.499	33.924	-
Outras Provisões	48.782	8.399	3.575	53.606
Base de Cálculo	2.988.913	657.237	731.357	2.914.793
Contribuição Social Diferida (20%)	597.783	131.447	146.271	582.959
Diferencial Majoração da Alíquota (1%)	-	3.879	1.415	2.464
Total do Crédito Tributário	1.346.769	299.636	330.526	1.315.879

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no estudo técnico, na forma que estabelece o CMN/Bacen e são classificados como realizáveis a longo prazo, conforme recomenda a Res. Bacen nº 2/2020, independentemente da expectativa de realização.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 30 de setembro de 2022, apresenta-se da seguinte forma:

Créditos Tributários	2022	2023	2024	2025	2026	De 2027 a 2031	TOTAL
Crédito Tributário de I.R	186.605	66.235	60.856	45.722	56.017	315.022	730.457
Crédito Tributário de C. Social	151.748	52.988	48.685	36.577	44.813	250.611	585.422
Total – Valores Nominais	338.353	119.223	109.541	82.299	100.830	565.633	1.315.879
Taxa Média de Captação a.a (%)	1,124	1,258	1,367	1,477	1,595	-	-
Valor Presente Destes Ativos	301.026	94.772	80.132	55.720	63.216	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos cinco anos.

e) Créditos tributários não ativados

No final do trimestre o Banco apresenta créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no total de R\$581.333 (R\$487.132 em 31/12/2021).

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os dez anos, conforme definido no estudo técnico como critério para ativação.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	30.09.2022	31.12.2021
Provisão FNO	356.501	313.608
Provisão Auxílio Pós Emprego	700.168	584.144
Provisão Ativos Atuariais - CAPAF	182.466	138.095
Outras Provisões	53.471	47.423
Total das Provisões	1.292.606	1.083.270
Créditos Tributários (CSLL) (*)	258.521	216.654
Créditos Tributários (IRPJ) (**)	322.812	270.478
Total Créditos Tributários não Ativados (IRPJ e CSLL)	581.333	487.132

(*) CSLL - alíquota de 15% até fevereiro/2020 e 20% a partir de março/2020.

(**) IRPJ - alíquota de 25%. Para efeito de cálculo do Crédito Tributário não ativado de IRPJ foi desconsiderado o saldo de R\$1.359, de acordo com o artigo nº 510 do Decreto nº 9.580/2018.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Impostos e contribuições a compensar

Em 30 de setembro de 2022, os "Impostos e contribuições a compensar" alcançaram o montante de R\$92.584 (R\$98.697 em 31/12/2021) e estão registrados na conta "Tributos".

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Passivos fiscais

	30.09.2022	31.12.2021
Fiscais e Previdenciárias	468.468	202.603
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	414.162	160.895
Impostos e contribuições a recolher	54.306	41.708
Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos (*)	13.829	9.065
Total	482.297	211.668

(*) É registrado neste item o valor proveniente de crédito diferido sobre a marcação a mercado e reavaliação.

Circulante	54.886	42.321
Não circulante	427.411	169.347

h) Outras informações

Remuneração e tratamento tributário sobre os fundos constitucionais

A Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, incluiu o art. 9º- A, na Lei nº 7.827/1989, cujo § 8º permitiu aos bancos administradores dos fundos, quando assumirem o risco integral das operações contratadas, receber tratamento remuneratório e tributário diferenciado, elevando o *del credere* de 3% a.a. para até 6% a.a. e gozo de isenção tributária a que se refere o art. 8º dessa Lei.

Alteração da alíquota da CSLL

A Medida Provisória nº 1.115, de 28 de abril de 2022, foi convertida em Lei nº 14.446, em 02 de setembro de 2022, alterando o § único do art. 3º da lei nº 7.689/1988, cuja a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições do sistema financeiro foi elevada de 20% para 21%, para o período de 1º de agosto a 31 dezembro de 2022.

Consequentemente, e em cumprimento à legislação que rege o assunto, art. 10º, § único, da Resolução CMN nº 4.842/2020, o Banco ajustou, no 1º semestre de 2022, seu crédito tributário ativado, tendo como base a realização prevista para o período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, conforme estudo técnico de junho de 2022, revisado, com as respectivas baixas, uma vez que a majoração da alíquota terá vigência dentro desse período.

17. Desdobramento das contas de resultado

Os itens mais relevantes que compõem as contas de resultado estão a seguir demonstrados:

a) Receitas de prestação de serviços

	3º trim/2022	3º trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Administração de Fundos e Programas	198.161	121.078	567.406	471.571
FNO (nota nº 20)	193.927	117.504	555.370	461.298
Art 19 da lei 8.167/1991	254	23	557	140
Finam (nota nº 18)	3.787	3.324	10.942	9.409
Outras - FDA	193	227	537	724
Outros Serviços	9.548	6.899	25.338	20.114
Sub-total	207.709	127.977	592.744	491.685
Rendas de Tarifas Bancárias	43.746	48.274	164.146	142.091
Pessoa Física	26.446	30.458	108.484	91.282
Pessoa Jurídica	17.300	17.816	55.662	50.809
Total	251.455	176.251	756.890	633.776

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Despesas com pessoal

	3° trim/2022	3° trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Honorários	(681)	(904)	(2.239)	(2.693)
Benefícios	(23.792)	(17.869)	(62.602)	(53.887)
Encargos Sociais	(40.214)	(37.050)	(129.664)	(106.075)
Proventos	(95.383)	(87.532)	(300.153)	(252.269)
Treinamento	(613)	(367)	(1.258)	(930)
Remuneração de Estagiários	(860)	(972)	(2.606)	(2.869)
Total	(161.543)	(144.694)	(498.522)	(418.723)

c) Outras despesas administrativas

	3° trim/2022	3° trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Água, Energia e Gás	(3.108)	(3.230)	(9.915)	(8.813)
Aluguéis	(4.637)	(3.957)	(13.103)	(11.662)
Processamento de Dados	(13.472)	(18.066)	(33.480)	(33.319)
Comunicações	(3.703)	(4.531)	(11.786)	(12.605)
Manutenção e Conservação de Bens	(3.269)	(3.403)	(10.148)	(9.383)
Material	(108)	(135)	(362)	(459)
Serviços de Terceiros	(10.930)	(7.265)	(28.435)	(21.530)
Vigilância e Segurança	(8.280)	(7.447)	(23.090)	(21.911)
Serviços do Sistema Financeiro	(5.129)	(6.294)	(15.089)	(18.236)
Promoções e Relações Públicas	(1.665)	(955)	(4.935)	(1.326)
Propaganda e Publicidade	(1.935)	(2.035)	(4.548)	(4.163)
Publicações Oficiais	(72)	(38)	(1.391)	(1.281)
Serviços Técnicos Especializados	(4.330)	(3.767)	(12.914)	(7.727)
Transporte	(4.040)	(3.556)	(12.146)	(10.911)
Viagens	(700)	(402)	(2.141)	(883)
Depreciação	(5.976)	(6.628)	(17.937)	(18.937)
Amortização	(7.073)	(7.469)	(21.528)	(22.157)
Demais Despesas Administrativas	(1.230)	(1.156)	(4.290)	(3.906)
Total	(79.657)	(80.334)	(227.238)	(209.209)

d) Despesas tributárias

	3° trim/2022	3° trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
ISS	(3.143)	(2.608)	(8.826)	(7.160)
Cofins	(33.592)	(25.556)	(92.394)	(83.841)
PIS/Pasep	(5.459)	(4.153)	(15.014)	(13.624)
Demais Tributos	(543)	(395)	(5.963)	(2.929)
Total	(42.737)	(32.712)	(122.197)	(107.554)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Outras receitas e despesas operacionais

	3° trim/2022	3° trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Outras Receitas Operacionais	505.645	332.319	1.252.948	1.130.581
Demais Receitas Operacionais	503.867	331.397	1.250.915	874.995
Receitas Não Operacionais	1.778	922	2.033	255.586
Outras Despesas Operacionais	(135.081)	(90.183)	(642.674)	(413.857)
Demais Despesas Operacionais	(22.452)	(10.581)	(115.646)	(42.662)
Despesas de Provisões	(111.785)	(79.313)	(526.178)	(350.010)
Despesas Não Operacionais	(844)	(289)	(850)	(21.185)

	3° trim/2022	3° trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Demais Receitas Operacionais				
<i>Del Credere</i> FNO	354.924	260.298	956.317	714.666
Recuperação de Operações FNO	53.263	20.242	107.039	62.389
Recuperação de Encargos e Despesas	5.447	25.241	7.532	28.832
Demais Receitas Operacionais	90.233	25.616	180.027	69.108
Reversão de Provisões	76.870	21.713	122.649	40.385
Reversão de Provisões Contingenciais (*)	35.087	21.713	80.746	38.377
Reversão de Outras Provisões Operacionais (**)	41.783	-	41.903	2.008
Rendas de <i>Del Credere</i> – FDA	1.049	985	3.130	3.075
Receita Variação Taxas - FMM	2.576	-	21.368	15.464
Receita Variação Taxa Câmbio	904	-	10.958	3.057
Multas – Operações Crédito Geral	661	385	1.819	1.091
Rendas s/Depósito Compulsório	3.305	1.523	9.397	3.356
Rendas de atualização Selic sobre tributos a compensar	2.729	933	7.563	1.936
Atualização de Devoluções Judiciais Trabalhistas	1.267	2	1.519	5
Demais	872	75	1.624	739
Total	503.867	331.397	1.250.915	874.995

(*) No 3º trimestre 2022, do montante apresentado, R\$23.838 corresponde à Reversão de PCLD FNO e R\$11.249 estão voltados para as Contingências Judiciais Trabalhistas, Cíveis e Sucumbências, face atualização da base de provisão.

(**) Composto pelas Reversões: Provisão de Pessoal - Reajustes Futuros (R\$33.924), de PCLD do FDA (R\$7.856) e de PCLD da SEC I (R\$3).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	3° trim/2022	3° trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Demais Despesas Operacionais				
Despesas de Variação de Taxa FMM	(2.215)	-	(17.078)	(2.782)
Despesa de Variação Taxa Câmbio	(624)	(1.023)	(3.399)	(1.773)
Grade de Eventos Perdas Operacionais	(182)	(362)	(2.154)	(2.018)
Despesas s/Saldos Credores do INSS	(299)	(113)	(1.125)	(220)
Dividendos a Pagar Juros s/Capital	-	-	(7.094)	(553)
Despesas Desconto Concedido Renegociação	(221)	(124)	(475)	(382)
Despesas com TVM	(6)	(7)	(35)	(101)
Pagamento de Causas (*)	(5.656)	(8.417)	(17.795)	(33.709)
Multa de Órgãos Oficiais	-	-	-	(2)
Pagto Benefícios/Pensões - INSS	(376)	(281)	(1.138)	(333)
Sucumbências/Honorários Periciais - Determinação Judicial	(1)	-	(54)	(21)
TVM - Cotas de Fundos	-	(6)	(7)	(364)
Estorno de Encargos Carteira de Fomento	(8.152)	-	(8.233)	-
Depósitos Recursais Zerados CEF	(721)	(198)	(3.304)	(239)
Cumprimento Decisões Judiciais Trabalhistas	(66)	(42)	(161)	(116)
Atualização AFAC (Dotação Aumento Capital) (**)	(1.087)	-	(48.703)	-
Demais Despesas Operacionais	(2.846)	(8)	(4.891)	(49)
Total	(22.452)	(10.581)	(115.646)	(42.662)

(*) Referem-se a diferenças em pagamentos judiciais decorrentes em grande parte: de atualização monetária, da utilização da metodologia de perda média para o grupo massificado de ações (que se compensa com reversões verificadas no mesmo grupo) e alteração no índice de correção do passivo trabalhista. A redução entre os períodos se deu face atualização na base de provisão.

(**) Trata-se de atualização monetária do saldo do AFAC, calculada pela taxa Selic, conforme Decreto nº 2.673/1998.

	3° trim/2022	3° trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Despesas de Provisões				
Garantia Financeira Prestada	(37.795)	(6.860)	(141.780)	(81.374)
Passivo Atuarial	(41.088)	(35.062)	(165.048)	(152.471)
Atualização Benefícios Pós-emprego PBD e PMB	(30.962)	(25.022)	(135.365)	(122.599)
Pós-emprego Assistidos/Auxílio-saúde	(10.126)	(10.040)	(29.683)	(29.872)
Demandas Judiciais	(29.941)	(15.403)	(173.049)	(54.714)
Passivos Trabalhistas	(17.543)	(7.402)	(129.474)	(35.119)
Passivos Cíveis/Sucumbências	(11.917)	(6.689)	(38.989)	(15.872)
Passivos Cíveis - Fundos Investimento	(67)	(404)	(2.015)	(1.247)
Outras Contingências - Fiscais	(327)	(328)	(1.071)	(612)
Provisão Ativos Atuariais - CAPAF	(87)	(580)	(1.500)	(1.864)
Planos Saldados (nota nº 25.b)	(2.961)	(21.988)	(46.301)	(61.451)
Total	(111.785)	(79.313)	(526.178)	(350.010)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	3º trim/2022	3º trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Resultado Não operacional				
Receitas Não Operacionais	1.778	922	2.033	255.586
Lucros em Transações com Valores e Bens	698	420	699	672
Outras Receitas Não Operacionais	1.080	502	1.334	254.914
Ganhos de capital	183	7	198	66.158
Rendas de Aluguel	1	1	3	4
Outras Rendas Não Operacionais	896	494	1.133	188.752
Despesas Não Operacionais	(844)	(289)	(850)	(21.185)
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(324)	(285)	(329)	(295)
Perdas de Capital	-	-	-	(2)
Outras Despesas Não Operacionais	(520)	(4)	(521)	(20.888)
Imobilizações	-	-	-	(104)
Diversas	(520)	(4)	(521)	(20.784)
Total	934	633	1.183	234.401

No período de 01/01/2021 a 30/09/2021, o resultado não operacional foi impactado pela receita proveniente do recebimento dos pleitos decorrentes do termo de acordo celebrado entre a empresa BBTS e o Banco, no qual o Banco teve êxito. Os registros alcançaram as rubricas: ganhos de capital, outras rendas não operacionais e outras despesas não operacionais diversas.

18. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O FINAM foi criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974. É um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal e instituído com a missão de assegurar os recursos necessários para os projetos considerados de interesse para a Amazônia Legal. O Banco, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM. No Banco, encontram-se registros relacionados a:

	3º trim/2022	3º trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Receita de Prestação de Serviço (nota nº 17.a) (*)	3.787	3.224	10.942	9.409

(*) A taxa de Administração corresponde a 3% sobre 70% do PL do Fundo.

	30.09.2022	31.12.2021
Entrada de Recursos (*)	3.734	85.200

(*) Conforme Portaria Interministerial nº 93/2018.

O Banco vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo. No atual estágio dos processos, estão classificados como de perda possível, com divulgação na Nota Explicativa nº 14.f, como parte das causas cíveis.

Em atendimento à Portaria do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) nº 2.896/2022 e à Lei nº 14.165/2021, que disciplinam sobre os mecanismos para desinvestimentos, liquidação e extinção das carteiras de títulos e valores mobiliários dos Fundos de Investimentos Regionais, o Banco da Amazônia, como operador do FINAM, iniciou os procedimentos para recompra de cotas estabelecidos pelo Departamento de Instrumentos Financeiros e Inovação, do referido Ministério.

A oferta de recompra de cotas do FINAM será operacionalizada por meio de leilões de compra organizados na B³ S/A - Brasil, Bolsa, Balcão, por intermédio de Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, e a recompra de cotas estará disponível, provavelmente, até dezembro de 2028, data de encerramento do prazo de amortização das renegociações dispostas no art. 3º, da citada Portaria, e da possível liquidação do Fundo.

Em outubro de 2022, foi realizado o 1º Leilão de Recompra de Cotas do Fundo, conforme mencionado na nota nº 29 - Eventos Subsequentes.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O Fundo é regulamentado pelos Decretos nºs 4.254/2002 e 10.053/2019. O Banco é agente operador na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e para contratação de operações de crédito por repasse. Como agente operador, verificam-se no Banco os seguintes saldos:

	30.09.2022	31.12.2021
<i>Del Credere</i> ⁽¹⁾	25.493	24.227
Risco da Provisão ⁽²⁾ (nota nº 14)	24.007	31.747
Repasse do Tesouro ⁽³⁾ (nota nº 13.b)	71.653	80.093

⁽¹⁾ Está registrado em "Rendas a Receber". A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

⁽²⁾ Calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado em "Provisão para garantias financeiras prestadas".

⁽³⁾ Estão registrados em "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento".

Conforme o Decreto nº 4.254/2002, em 30 de setembro de 2022 e em 30 de setembro de 2021 não ocorreram liberações, não gerando taxa de administração. As despesas e reversões provenientes da provisão de risco de operações - FDA estão apresentadas a seguir:

	3º trim/2022	3º trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Despesa de Provisão Risco de Operações - FDA	-	(283)	(5.846)	(693)
Reversão de Provisão Risco de Operações - FDA	7.856	-	7.975	835

A Resolução CMN nº 4.960/2021 define critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras nos financiamentos concedidos com recursos do FDA.

20. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	3º trim/2022	3º trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Taxa de Administração (nota nº 17.a)	193.927	117.504	555.370	461.298
FNO	169.770	94.987	485.570	394.479
FNO - Pronaf	24.157	22.517	69.800	66.819
<i>Del Credere</i> ⁽¹⁾	354.924	260.298	956.317	714.666
Recuperação de Operações	53.263	20.242	107.039	62.389
Remuneração do Disponível (nota nº 24)	(50.157)	(50.569)	(206.109)	(108.695)
Despesa de Provisão (Risco Compartilhado)	(37.795)	(6.859)	(135.860)	(80.911)

⁽¹⁾ A partir de Janeiro de 2021, foram incluídos neste montante, os valores relativos ao *del credere*-risco 100%.

O patrimônio do FNO, no montante de R\$41.005,108 (R\$37.298.682 em 31/12/2021), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".

A partir de janeiro de 2022, a taxa de administração é de 0,1500% a.m., incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente e limitada a 20% dos repasses do tesouro nacional.

Lei Ordinária nº 14.227/2021, de 20 de outubro de 2021, estabeleceu nova regra, a partir de 1º de janeiro de 2022, para o *del credere*, considerando o porte dos clientes. O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001), com risco compartilhado de 50%. As operações em que o Banco assume risco 100%, o *del credere* é de 6% a.a. Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferir remuneração, por estar isento de risco. Em 2021, com a vigência da MP nº 1.052, a partir de 19 de maio daquele ano, a comissão estava limitada a 5,5% conforme anexo II, porém a Lei nº 14.227 revogou a MP e retornou o limite para 6%, de acordo com seu art. 7º.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$24.642 (R\$19.994 no 3º trimestre de 2021) referem-se às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível do FNO, no montante de R\$807.589 (R\$2.474.889 em 31/12/2021), é remunerado à taxa Selic, segundo definições da Lei Ordinária nº 14.227/2021, e esse encargo é registrado no grupo "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento". No período, a despesa com remuneração dessa disponibilidade foi de R\$50.157 (R\$50.569 no 3º trimestre de 2021).

A despesa de provisão de crédito no Banco, correspondente ao risco compartilhado, é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas", cujo saldo acumulado é R\$1.439.784 (R\$1.470.554 em 31/12/2021) – Nota Explicativa nº 14.

Nesse trimestre, o Banco procedeu a baixa de R\$47.592 (R\$52.560 no 3º trimestre de 2021) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade dessa instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do Fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo.

No 3º trimestre de 2022, o Banco efetuou repasse de recursos para outras instituições financeiras, assumindo risco integral junto ao Fundo. Esses valores estão registrados em "Devedores por Repasse de Outros Recursos" e, ao final do período, totalizaram R\$254.878 (R\$27.282 em 31/12/2021), com provisão de R\$2.062 (R\$93 em 31/12/2021).

Nesse trimestre, foi devolvido ao Fundo o montante de R\$52.034 (R\$53.968 no 3º trimestre de 2021).

Apresentamos abaixo o quadro da composição da obrigação com os recursos do FNO:

	30.09.2022	31.12.2021
Recursos a Alocar	62.354	448.378
Recursos Alocados	13.738.643	8.538.981
Taxa de Administração	58.064	57.751
Outros	19.368	29.265
Total (nota nº 13.b)	13.878.429	9.074.375

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO, risco compartilhado e das provisões está apresentada a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.09.2022				31.12.2021			
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional (*)	Total	Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional (*)	Total
AA	-	6.003.522	-	-	-	5.606.508	-	-	-
A	0,5	10.205.891	(25.515)	-	(25.515)	10.861.673	(27.154)	-	(27.154)
B	1	3.592.306	(17.961)	-	(17.961)	3.853.317	(19.267)	-	(19.267)
C	3	2.059.942	(30.899)	-	(30.899)	2.378.361	(35.675)	-	(35.675)
D	10	1.878.918	(93.946)	(930)	(94.876)	2.036.797	(101.840)	(4.206)	(106.046)
E	30	482.451	(72.368)	(774)	(73.142)	558.758	(83.814)	(2.812)	(86.626)
F	50	179.210	(44.803)	(158)	(44.961)	229.490	(57.373)	(419)	(57.792)
G	70	214.762	(75.167)	-	(75.167)	96.769	(33.869)	19	(33.850)
H	100	2.154.657	(1.077.263)	-	(1.077.263)	2.208.384	(1.104.192)	48	(1.104.144)
Total		26.771.659	(1.437.922)	(1.862)	(1.439.784)	27.830.057	(1.463.184)	(7.370)	(1.470.554)

(*) Refere-se à provisão adicional, constituída no exercício de 2020 por agravamentos de nível de risco e aplicação de percentuais excedentes aos requerimentos mínimos, a partir de avaliações internas, com base na Res. CMN nº 2.682/1999. Os saldos são reflexos das movimentações da carteira, como amortizações, liquidações e baixas para prejuízo.

21. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, e no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic (TMS) e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O FAT foi liquidado em outubro de 2021, quando o Banco honrou todas as suas obrigações junto ao Fundo, razão pela qual, no período, não houve reembolso ao FAT (R\$276 em 31/12/2021), conforme as Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006.

No ativo do Banco, não constam operações de crédito realizadas com recursos do FAT (R\$15 em 31/12/2021), referentes ao Proger Urbano.

22. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério da Infraestrutura, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

	30.09.2022	31.12.2021
Recursos Repassados ⁽¹⁾ (nota nº 13.b)	84.608	99.058

⁽¹⁾ Estão registrados no grupo "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" e são atualizados monetariamente com base na variação do Dólar (PTAX) e pela TJLP, mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

23. Fundos de investimentos financeiros

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco. Em 28 de outubro de 2021, através de fato relevante publicado ao mercado, a Caixa Econômica Federal, na qualidade de administradora do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo, informou o fechamento do Fundo para novas aplicações, conforme possibilidade prevista no art. 19 da Instrução Normativa CVM nº 555/2014. O saldo existente no patrimônio líquido do Fundo foi encerrado em 3 de janeiro de 2022.

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os Fundos de Investimentos Financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), são administrados pela BNY Mellon Serviços Financeiros, geridos pela Orla DTVM S/A e custodiados pelo BNY Mellon Banco S/A.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos patrimônios líquidos desses Fundos estão assim representados:

	30.09.2022	31.12.2021
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo ⁽¹⁾	-	5.304
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	55	60
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	29	33
Fundo Amazônia Credit 90	1	1
Fundo Amazônia Mix "2"	23	26
Total	108	5.424

⁽¹⁾ Conforme fato relevante publicado ao mercado, o Fundo foi encerrado em outubro de 2021.

Nesse período, não ocorreu transferência para o Banco relacionada à recuperação de ativos referente à massa falida do Banco Santos, correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos (não ocorreu em 31/12/2021).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	3º trim/2022	3º trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Honorários (nota nº 17.b)	(681)	(904)	(2.239)	(2.693)
Diretoria Executiva	(445)	(614)	(1.473)	(1.823)
Conselho de Administração	(72)	(76)	(231)	(219)
Conselho Fiscal	(43)	(40)	(112)	(131)
Comitê de Auditoria	(121)	(174)	(423)	(520)
Remuneração Variável Anual	-	-	(1.026)	(685)
Outros benefícios ⁽¹⁾	(22)	(27)	(69)	(82)
Total	(703)	(931)	(3.334)	(3.460)

(¹) Ticket, cesta alimentação e auxílio moradia.

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários).

	30.09.2022	31.12.2021
Diretoria - Honorários	33.713,60	46.747,28
Conselho de Administração	3.461,55	3.612,05
Conselho Fiscal	3.612,05	4.013,39

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (CAPAF).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal-chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

b) Principais Entidades como Partes Relacionadas

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota Explicativa nº 6 (Títulos e Valores Mobiliários – TVM).

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas nºs: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Captações), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 21 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 22 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na Nota Explicativa nº 25 (Benefícios a empregados).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas nºs 12, 13, 18, 19, 20, 21 e 22.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um sumário dos principais saldos é apresentado a seguir:

	30.09.2022	31.12.2021
Passivos		
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12.a)	616.360	666.289
Tesouro Nacional	25.506	25.583
BNDES	553.988	587.997
Finame	36.749	52.498
Finep	117	211
Outros Passivos	14.034.690	9.253.526
FNO (notas nºs 13.b e 20)	13.878.429	9.074.375
FMM (notas nºs 13.b e 22)	84.608	99.058
FDA-aplicado (notas nºs 13.b e 19)	71.653	80.093
Total	14.651.050	9.919.815

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	3º trim/2022	3º trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Receitas Taxa Administração (nota nº 17.a)	198.161	121.078	567.406	471.571
Receita <i>Del Credere</i> do FNO (nota nº 20)	354.924	260.298	956.317	714.666
Despesas com Remuneração Disponível FNO (nota nº 20)	(50.157)	(50.569)	(206.109)	(108.695)
Provisão FNO (Risco Compartilhado) (nota nº 20)	(37.795)	(6.859)	(135.860)	(80.911)
Despesas Contribuição Patronal – Capaf (nota nº 25.c)	(3.777)	(3.482)	(10.966)	(9.812)
Liquidados - BD e Misto	(646)	(682)	(2.081)	(1.999)
Prev-amazônia - Capaf	(3.131)	(2.800)	(8.885)	(7.813)
Atualização Ajuste Pós-Emprego-Capaf	(44.049)	(57.050)	(211.349)	(213.922)
Atualização Benefício Pós-Emprego PBD e PMB (nota nº 17.e)	(30.962)	(25.022)	(135.365)	(122.599)
Atualização Planos Saldados (nota nº 17.e)	(2.961)	(21.988)	(46.301)	(61.451)
Despesas Pós-Emprego–Assistidos/Auxílio Saúde (nota nº 17.e)	(10.126)	(10.040)	(29.683)	(29.872)

25. Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar BD Saldado, Misto Saldado e PrevAmazônia são administrados pela BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil e os Planos BD e Misto Liquidados são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (CAPAF), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 850 de 20 de setembro de 2022, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 20 de setembro de 2022, do prazo de intervenção que trata a Portaria nº 301 de 30 de março de 2022.

A CAPAF efetuou a transferência para a BB Previdência em 31 de dezembro de 2019, tendo sido a folha de pagamento aos aposentados e pensionistas de janeiro de 2020, paga pela BB Previdência. Permanecem na CAPAF os Planos BD e Misto Liquidados.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação destes, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos, que corresponde a 52% do público-alvo.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio-Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a.)

	Plano BD Elegível (%)		Plano BD Não Elegível (%)	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	9,4	8,8	9,4	8,8
Taxa de juros desconto atuarial-real	5,7	5,1	5,7	5,1
Projeção de aumentos salariais	3,5	3,5	3,5	3,5
Projeção de aumentos dos benefícios	3,5	3,5	3,5	3,5
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,5	3,5	3,5	3,5
Taxa de inflação	3,5	3,5	3,5	3,5
Expectativa de retorno ativos do plano	9,4	8,8	9,4	8,8

	Plano Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio-saúde (%)	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	9,4	8,8	9,5	8,7	9,5	8,7
Taxa de juros desconto atuarial-real	5,7	5,1	5,8	5,1	5,8	5,1
Projeção de aumentos salariais	3,5	3,5	N/A	N/A	3,5	N/A
Projeção de aumentos dos benefícios	3,5	3,5	3,5	3,5	-	3,5
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,5	3,5	-	-	-	-
Taxa de inflação	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Expectativa de retorno ativos do plano	9,4	8,8	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	-

II – Demográficas

	Plano BD Elegível (%)		Plano BD Não Elegível (%)	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Taxa de rotatividade	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Plano Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio-saúde (%)	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Taxa de rotatividade	-	-	N/A	N/A	0,6	N/A
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F * AT-2000M&F * AT-2000M&F * AT-2000M&F * AT-2000M&F * AT-2000M&F *					
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F * AT-2000M&F * AT-2000M&F * AT-2000M&F * AT-2000M&F * AT-2000M&F *					
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **	A. Vindas **	N/A	N/A	A. Vindas **	N/A
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

* suavizada em 20% em 2022 e 2021.

** suavizada em 30% em 2022 e 2021.

a.2) Valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes

	Plano BD	
	3º trim/2022	3º trim/2021
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(15.728)	(12.562)
Provisão p/planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(15.728)	(12.562)
Remensurações do plano de benefício definido		
Ganhos e perdas sobre contribuições dos participantes	(241)	(252)
Ganhos e perdas sobre o ativo	12.404	11.456
Ganhos e perdas sobre o passivo	7.590	16.519
Total dos componentes regist em outros resultados abrangentes	19.753	27.723
Total dos componentes de benefício definido	4.025	15.161
	Plano Misto	
	3º trim/2022	3º trim/2021
Custo do serviço		
Custo do serviço	(1)	(1)
Custo de juros líquidos	(739)	(560)
Provisão p/planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(740)	(561)
Remensurações do plano de benefício definido		
Ganhos e perdas sobre o ativo	(272)	421
Ganhos e perdas sobre o passivo	24	841
Total dos componentes regist em outros resultados abrangentes	(248)	1.262
Total dos componentes de benefício definido	(988)	701
	Assistidos pelo Banco	
	3º trim/2022	3º trim/2021
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(1.551)	(1.319)
Provisão p/planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.551)	(1.319)
Remensurações do plano de benefício definido		
Ganhos e perdas sobre o passivo	2.098	9.352
Total dos componentes regist em outros resultados abrangentes	2.098	9.352
Total dos componentes de benefício definido	547	8.033

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo do serviço

Custo de serviço

Custo de juros líquidos

Provisão p/planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego**Remensurações do plano de benefício definido**

Ganhos e perdas sobre o passivo

Total dos componentes regist em outros resultados abrangentes**Total dos componentes de benefício definido**

Auxílio-Saúde	
3º trim/2022	3º trim/2021
(1.220)	(1.249)
(6.975)	(7.282)
(8.195)	(8.531)
(33.368)	28.890
(33.368)	28.890
(41.563)	20.359

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

(Passivo)/ativo reconhecido no início do período

Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo

Provisão para planos de benefício definido

Provisão adicional reserva matemática

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes

(Passivo)/ativo reconhecido no final do período

Plano BD	
3º trim/2022	3º trim/2021
(638.693)	(673.361)
484	504
(15.728)	(12.562)
(74.697)	(73.451)
19.753	27.723
(708.881)	(731.147)

(Passivo)/ativo reconhecido no início do período

Contribuições do patrocinador líquido de carregamento administrativo

Provisão para planos de benefício definido

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes

(Passivo)/ativo reconhecido no final do período

Plano Misto	
3º trim/2022	3º trim/2021
(31.793)	(34.289)
7	7
(740)	(561)
(248)	1.262
(32.774)	(33.581)

(Passivo)/ativo reconhecido no início do período

Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo

Provisão para planos de benefício definido

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes

(Passivo)/ativo reconhecido no final do período

Assistidos pelo Banco	
3º trim/2022	3º trim/2021
(58.445)	(79.249)
1.564	1.402
(1.551)	(1.319)
2.098	9.352
(56.334)	(69.814)

(Passivo)/ativo reconhecido no início do período

Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo

Provisão para planos de benefício definido

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes

(Passivo)/ativo reconhecido no final do período

Auxílio-Saúde	
3º trim/2022	3º trim/2021
(289.636)	(358.948)
2.629	2.439
(8.195)	(8.531)
(33.368)	28.890
(328.570)	(336.150)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	Plano BD	
	3º trim/2022	3º trim/2021
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(754.525)	(804.823)
Benefícios pagos pelo plano	13.643	12.607
Custo de juros	(18.504)	(15.000)
Remensurações de perdas atuariais	10.478	25.411
Decorrentes de ajuste de experiência	6.808	(9.457)
Decorrentes de alterações de premissas financeiras	3.670	34.868
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(748.908)	(781.805)
	Plano Misto	
	3º trim/2022	3º trim/2021
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(76.166)	(82.994)
Benefícios pagos pelo plano	2.054	1.620
Custo de juros	(1.732)	(1.482)
Custo de serviço corrente	(2)	(2)
Remensurações de Perdas atuariais	48	1.682
Decorrentes de ajuste de experiência	(316)	(1.801)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	364	3.483
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(75.798)	(81.176)
	Assistidos pelo Banco	
	3º trim/2022	3º trim/2021
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(58.445)	(79.249)
Benefícios pagos pelo plano	1.564	1.402
Custo de juros	(1.551)	(1.319)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	2.098	9.352
Decorrentes de ajuste de experiência	1.585	4.800
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	513	4.552
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(56.334)	(69.814)
	Auxílio-Saúde	
	3º trim/2022	3º trim/2021
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(289.636)	(358.947)
Benefícios pagos pelo plano	2.629	2.438
Custo de juros	(6.975)	(7.282)
Custo de serviço corrente	(1.220)	(1.249)
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(33.368)	28.890
Decorrentes de ajuste de experiência	(30.148)	7.544
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(3.220)	21.346
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(328.570)	(336.150)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.5) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Plano BD					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial-Elegíveis	(531.231)	(508.384)	(526.008)	(513.035)	(519.460)
Superávit/(déficit) do plano	(531.231)	(508.384)	(526.008)	(513.035)	(519.460)
Variação na obrigação atuarial	2,27%	(2,13%)	1,26%	(1,24%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,27%	(2,13%)	1,26%	(1,24%)	
Valor presente obrig. atuarial-Não Elegíveis	(234.470)	(224.744)	(235.815)	(223.368)	(229.448)
Superávit/(déficit) do plano	(234.470)	(224.744)	(235.815)	(223.368)	(229.448)
Variação na obrigação atuarial	2,19%	(2,05%)	2,77%	(2,65%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,19%	(2,05%)	2,77%	(2,65%)	

Plano Misto					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(77.423)	(74.269)	(77.081)	(74.553)	(75.798)
Valor justo dos ativos do plano	10.249	10.249	10.249	10.249	10.249
Superávit/(déficit) do plano	(67.174)	(64.020)	(66.832)	(64.304)	(65.549)
Variação na obrigação atuarial	2,14%	(2,02%)	1,69%	(1,64%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,48%	(2,33%)	1,96%	(1,90%)	

Assistidos pelo Banco					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(58.361)	(54.455)	(56.950)	(55.732)	(56.334)
Superávit/(déficit) do plano	(58.361)	(54.455)	(56.950)	(55.732)	(56.334)
Variação na obrigação atuarial	3,60%	3,33 %	1,09%	(1,07%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,60%	3,33 %	1,09%	(1,07%)	

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Auxílio-saúde					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(334.309)	(323.173)	(339.928)	(317.453)	(328.570)
Superávit/(déficit) do plano	(334.309)	(323.173)	(339.928)	(317.453)	(328.570)
Variação na obrigação atuarial	1,75%	(1,64%)	3,46%	(3,38%)	
Variação no superávit/(déficit)	1,75%	(1,64%)	3,46%	(3,38%)	

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD	Plano Misto	Assistidos	Auxílio-saúde
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	(5.027)
Custo de juros líquidos	(62.912)	(2.956)	(6.204)	(27.899)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(62.912)	(2.960)	(6.204)	(32.926)
Montantes esperados período seguinte-Normais	2.334	32	7.285	9.913
Total dos pagamentos esperados para o plano	2.334	32	7.285	9.913

a.7) Categorias dos ativos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.8) Montantes incluídos no valor justo dos ativos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.9) Descrição da política de investimentos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde

a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da duração de cada plano.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	Valor da Obrigação em 31.12.2021	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2022
Plano BD	744.910	133.169	(126.032)	(43.166)	708.881
Plano Misto	33.575	2.196	(2.997)	-	32.774
Total BD e Misto	778.485	135.365	(129.029)	(43.166)	741.655

	Valor da Obrigação em 31.12.2020	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2021
Plano BD	746.813	120.939	(98.375)	(38.230)	731.147
Plano Misto	32.084	1.660	(163)	-	33.581
Total BD e Misto	778.897	122.599	(98.538)	(38.230)	764.728

b) Planos saldados

Os contratos assinados entre o Banco e a BB Previdência, referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Notas Explicativas
**Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Anualmente, o valor da obrigação é revisado de acordo com as premissas atuariais, o que poderá exigir ajuste por parte do Banco.

Os planos saldados apresentaram as seguintes movimentações:

	Valor da Obrigação em 31.12.2021	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2022
Planos Saldados	585.859	46.301	-	(96.320)	535.840

	Valor da Obrigação em 31.12.2020	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.09.2021
Planos Saldados	613.575	61.452	-	(83.419)	591.608

c) Plano PrevAmazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

Planos	3º trim/2022	3º trim/2021	01.01 a 30.09.2022	01.01 a 30.09.2021
Liquidados - BD e Misto	(646)	(682)	(2.081)	(1.999)
Prev-amazônia	(3.131)	(2.800)	(8.885)	(7.813)
Total (nota nº 24.b)	(3.777)	(3.482)	(10.966)	(9.812)

Valores reconhecidos como obrigações:

	30.09.2022	31.12.2021
Saldados	535.840	585.859
Liquidados	741.655	778.485
Assistidos	56.334	71.053
Auxílio Saúde	328.570	310.439

Ações coletivas**Ação TRT da 16ª Região (MA)****Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000**

Permanece inalterada a ação em que a Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF. Processo previa julgamento para julho de 2019, no entanto, foi retirado da pauta de julgamento por decisão do Pleno do TRT-16ª Região, adiado em face de negociações entre SEEB e BANCO, mediadas pelo Juízo Relator da Rescisória. Em face da recente recusa do SEEB/MA em prosseguir na negociação, o processo seguirá novamente para julgamento. Com essa ação busca-se a rescisão da condenação na Reclamação Trabalhista nº 01164-2001-001-16-00-2, já adequadamente provisionada segundo a perspectiva de êxito na rescisória.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 6 de fevereiro de 2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF. Respalçado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 2 de março de 2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, a Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a ação era do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo o processo sido remetido ao Regional. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar, concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, esta foi reconsiderada de ofício. A União interpôs recurso, no entanto, improvido. O Banco foi intimado em fevereiro de 2019, tendo se habilitado nos autos na condição de assistente. Em dezembro de 2019 foi anunciado seu julgamento, porém, a pedido do Banco, a Seção Especializada do TRT-8ª Região, retirou o processo de pauta. O processo entrou em pauta de julgamento no mês de julho de 2020, tendo havido pedido de vistas regimentais feitos por uma das desembargadoras presentes na sessão. Processo julgado em agosto de 2020. Ação julgada improcedente, tendo o Banco oposto Embargos de Declaração. Embargos julgados improcedentes. Recurso interposto para o TST, que anulou o julgamento do TRT8, em razão da não intimação pessoal da AGU, determinando que seja realizado novo julgamento. Julgamento ocorrido, mantida a decisão, opostos ED, negado provimento. Em prazo para novo RO para o TST.

A provisão do plano BD, existente em 30 de setembro de 2022 totalizou R\$708.881, distribuída da seguinte forma:

- Provisão para os participantes abrangidos pela ação rescisória – R\$586.052;
- Provisão de 50% das reservas matemáticas dos participantes que ainda estão na ativa – R\$48.132;
- Adicional de provisão de reservas matemáticas do plano PBD – R\$74.697, sendo R\$44.371 no 1º semestre de 2022.

A composição da provisão referente à ação rescisória, no montante de R\$586.052, é a seguinte:

- 100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis, ou seja, aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001, que totalizou ao final do trimestre R\$519.460;
- 50% dos que ainda não elegíveis, isto é, aqueles que ainda não completaram o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei anteriormente citada, que totalizou ao final do trimestre R\$66.592.

A composição da provisão existente ao final do trimestre para os planos liquidados BD/Misto:

- BD Liquidado (Nota Explicativa nº 25 – a.3) – R\$708.881;
- Misto Liquidado – 50% das reservas matemáticas (Nota Explicativa nº 25 – a.3) R\$32.774;
- Total da provisão – R\$741.655.

Em cumprimento à ação transitada em julgado foi desembolsado pelo Banco, no trimestre, o montante de R\$43.166 (R\$95.919 em 31/12/2021).

Com base nas análises conduzidas, atuais circunstâncias administrativas e judiciais, condensadas acima, é entendimento que a provisão existente em 30 de setembro de 2022, é suficiente para fazer frente aos possíveis desembolsos oriundos dos planos administrados pela CAPAF (BD e Misto).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Remuneração paga aos empregados

Remuneração mensal dos empregados (em R\$ unitários):

	30.09.2022	31.12.2021
Menor Salário	3.172,16	2.937,18
Maior Salário	33.238,80	30.777,12
Salário Médio	9.818,74	9.332,52

27. Gerenciamento de riscos e capital

O Banco possui políticas de gestão de riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos do Banco tem como objetivo identificar, medir, monitorar, controlar e reportar as exposições aos riscos de mercado e liquidez, tanto para operações incluídas na carteira de negociação quanto para demais posições.

O Banco possui estrutura, processos e sistemas compatíveis com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros negociados, mantendo equipe qualificada para a adequada gestão de riscos.

A gerência de riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos, demonstrando disponibilidade de recursos que mitiguem o risco de liquidez.

O volume de recursos marcados a mercado alocados em títulos públicos e operações compromissadas na carteira TVM, em 30 de setembro de 2022 foi de R\$11,08 bilhões, representando 80,57% do portfólio total de R\$13,76 bilhões (R\$9,237 bilhões, representando 74,33% do portfólio total de R\$12,426 bilhões em 31/12/2021). A maioria dos recursos, 66,28% (54,83% em 31/12/2021), é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco utiliza-se ainda, para acompanhamento do risco de liquidez, do monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, do controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e de simulações de cenários de estresse.

b) Risco de crédito

A gestão do risco de crédito no Banco está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, entre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, etc.

Nesse sentido, o Banco vem aprimorando constantemente seus controles, inclusive aperfeiçoando a solução de gestão de garantias, que reúne em uma única base corporativa as informações necessárias ao controle da suficiência ou disponibilidade de garantias no Banco, contribuindo para redução do risco operacional, bem como mitigação do risco de crédito.

Além do exposto, estamos em processo de implementação do Modelo de Descumprimento de Risco de Crédito (Low Default Portfólio – LDP), direcionado para clientes que possuam nota de crédito atribuída por agências de classificação de risco externa, além de delimitador definido metodologicamente. Essa nova ferramenta permitirá aperfeiçoar a avaliação de risco de clientes desta natureza, que apresentam historicamente baixa incidência de inadimplência.

Desse modo, incorporando melhorias ao seu processo de gestão e as melhores práticas do mercado bancário, a instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito à vista das diretrizes de Basileia II, Resolução CMN nº 4.557/2017 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital e da Resolução CMN nº 4.677/2018 que estabelece limites máximos de exposição por cliente e limite máximo de exposições concentradas.

c) Risco de mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao risco de mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de risco de mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo *de value at risk* (VaR), calculado para 1 dia, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 30 de setembro de 2022, o VaR calculado para a posição Banco e para posição Tesouraria foi de R\$7,82 milhões e R\$3,77 milhões (R\$7,060 milhões e R\$3,807 milhões em 31/12/2021), estando dentro dos limites de referência de 20,25% e 13,53% respectivamente (37,76% e 28,93% em 31/12/2021). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, em *status* Normal, com posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

Análise de sensibilidade

O Banco mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários nos quais se verifica o comportamento do VaR no cenário normal de mercado, e nos cenários de estresse de 25% e 50% dos indicadores utilizados para projeção de MtM.

No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-Anbima, cupom IPCA/NTN-Anbima, Cupom sujo USD, cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº 475/2008 e descritas a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cenário 1 (Normal): A base desse cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$5,4066 em 30 de setembro de 2022 (R\$5,5805 em 31/12/2021) e a taxa DI de 1 ano no nível de 13,65% a.a. (9,15% a.a. em 31/12/2021).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$6,7583 em 30 de setembro de 2022 (R\$6,9756 em 31/12/2021), e a taxa DI de 1 ano no nível de 17,06% a.a. (11,44% a.a. em 31.12.2021), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$8,1099 em 30 de setembro 2022 (R\$8,3708 em 31/12/2021) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 20,48% a.a. (13,73% a.a. em 31/12/2021), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de MtM dos ativos da Carteira Tesouraria Banking, conforme Ofício Circular CVM nº 01/2021:

Exposições Financeiras		30.09.2022			31.12.2021		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	Definição	1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	649	-	-	11.050	-	-
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	10.408	(240.649)	(322.784)	9.208	(238.677)	(316.674)
Taxa de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	(108)	14.537	28.488	49	(1.912)	(2.879)
Total		10.949	(226.112)	(294.296)	20.307	(240.589)	(319.553)

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os cenários I, II e III, demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R\$294,296 milhão correspondentes ao cenário III.

As implicações apresentadas no portfólio Tesouraria 2, mostram valores significativos, após os choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), das posições em risco do TVM, cujos percentuais giram em torno de 3,86% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco, sendo o maior fator de risco, as posições em cupons de índice de preços.

d) IRRBB

Define-se o IRRBB conforme a Circular Bacen nº 3.876/2018, como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento do risco de taxa de juros no Banco está segregado as operações classificadas na carteira de não-negociação ou carteira bancária, que compreende todos os instrumentos financeiros que não há intenção de negociar, após sua aquisição ou origem, como: captações (depósito de poupança, depósito a prazo, depósito à vista e depósitos judiciais); crédito (fomento e comercial); e ativos na carteira da tesouraria classificados em “disponível para venda” e “mantidos até o vencimento”. A organização possui perfil de exposição a risco de mercado conservador, no qual as diretrizes e limites são monitorados de forma independente. Com isso a organização busca estar alinhada com as melhores práticas de mercado, regulamentações locais e do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

O Banco Central do Brasil, através da Circular Bacen nº 3.938/2019, definiu novas metodologias e procedimentos para avaliação de suficiência de valor do Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação de taxas de juros na carteira bancária, para as instituições enquadradas na segmentação 3 (S3), nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 4.553/2017. Para os fins de apuração do Risco da Taxa de Juros da Carteira Bancária e observância à Circular Bacen nº 3.938/2019, são consideradas as seguintes abordagens padronizadas: de Resultado de Intermediação Financeira (Δ NI) e de Valor Econômico (Δ EVE).

Desde a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.557/2017, em fevereiro de 2018, o Banco atualizou o cálculo do Rban utilizando a abordagem de Valor Econômico na mensuração do risco da taxa de juros na carteira bancária. A exigência regulatória para envio no Documento 2061 das informações do IRRBB iniciou em janeiro de 2020, em

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

consonância com a Circular Bacen nº 3.938/2019. O valor do IRRBB, calculado pela metodologia ponderada de 20% sobre o Δ EEVE e 80% sobre o Δ NII, com base em dados de setembro de 2022, representou o montante de R\$51,56 milhões.

e) Risco operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.

A gestão de risco operacional está institucionalizada no Banco pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital (POL 310), que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição, em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e a NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e a Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e as regras para a gestão de continuidade de negócios na instituição, com o objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados em caso de incidentes que possam gerar descontinuidade aos negócios.

O Banco está permanentemente em alerta quanto às mudanças de cenários que possam representar riscos negativos aos seus processos, ou que possam abrir oportunidades para atuar com eficiência no mercado, cumprindo sua missão de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável por meio da aplicação de crédito e de soluções eficazes.

f) Gestão de capital

O Banco possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, a consistência e a transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

g) Índice de Basileia (limite operacional)

O Banco mantém, permanentemente, o montante de PR, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.958 de 21 de outubro de 2021, bem como para suprir a exigência do Adicional de Capital Principal (ACP) instituído por essa mesma Resolução.

O Índice de Basileia (IB) é calculado de acordo com o estabelecido nas Resoluções do CMN nº 4.955/2021 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e nº 4.958/2021 (apuração dos requerimentos mínimos e ACP) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). A partir de 1º de abril de 2022 o percentual a ser aplicado ao montante RWA, para fins de apuração do valor da parcela ACPconservação voltou ao patamar de 2,5%.

No 3º trimestre de 2022, o Banco apresentou um Índice de Basileia (IB) de 12,6%, acima do requerimento regulatório (10,5%) e da política da instituição, mantendo sua capacidade de cumprir não só com os mínimos regulatórios, mas também com os Adicionais de Capital. O Bacen dispõe sobre a metodologia de apuração das parcelas ACPContracíclico e ACPSistêmico. Dadas às condições do cenário econômico, os preços dos ativos e as expectativas quanto ao comportamento do mercado de crédito o ACCP Brasil manteve-se em 0% durante o 3º trimestre de 2022.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em
30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Requerimentos mínimos de capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.09.2022	31.12.2021
Patrimônio de Referência (PR)	4.636.119	3.556.562
PR Nível I	4.636.119	3.556.562
Capital Principal	4.636.119	3.556.562
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	36.715.620	29.349.575
Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	31.933.284	25.246.026
Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	2.186	1.743
Risco Operacional (RWA_{OPAD})	4.780.150	4.101.806
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	1.652.203	1.320.731
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	2.202.937	1.760.975
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	2.937.250	2.347.966
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	2.983.916	2.235.831
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	2.433.182	1.795.587
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	12,6%	12,1%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	12,6%	12,1%
Índice de Basileia (PR / RWA)	12,6%	12,1%

⁽¹⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.⁽²⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.⁽³⁾ O fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0%.**28. Outras informações****a) Avais e fianças prestados**

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	30.09.2022	31.12.2021
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	13.449.620	13.980.306
Coobrigação em cessão de créditos – alongam crédito rural	20.502	5.784
Total	13.470.122	13.986.090

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura é de R\$151.046 (R\$151.046 em 31/12/2021), com prêmio de R\$128 (R\$255 em 31/12/2021) determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Resultado recorrente e não recorrente

Seguindo o que recomenda a Resolução BCB nº 2/2020, o resultado contábil do 3º trimestre de 2022 foi de R\$387.828. Como resultado recorrente, o Banco alcançou R\$388.915 e como não recorrente foi de R\$1.087, referente atualização do adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC.

O resultado contábil do 3º trimestre de 2021 foi de R\$121.787. Como resultado recorrente, o Banco alcançou R\$96.649 e como não recorrente foi de R\$(25.138) referente recuperação de despesa judicial cível de processo do Banco Santos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Ações relacionadas à COVID 19

O Banco, cumprindo sua missão com a sociedade e visando proteger a saúde e a vida dos empregados, auxiliar os serviços de saúde e controlar a pandemia, continua adotando medidas de prevenção, incentivando a vacinação, conscientização e mantém o teletrabalho emergencial e temporário, conforme situações específicas de empregados que se enquadram no home office.

Em relação ao crédito e às medidas governamentais, o Banco manteve e incrementou as disponibilidades para atender aos diversos segmentos da economia regional, aumentando a carteira de crédito, especialmente a lastreada com recursos do FNO, sendo beneficiados, principalmente os mini, micro e pequenos empreendedores. Buscou atender e se enquadrar às diversas medidas ditadas pelo Governo Federal e que ainda se encontram vigentes.

O Banco mantém avaliação e monitoramento contínuos de suas atividades em razão do cenário que ainda carece de cuidados, o que impossibilita mensurar de forma assertiva os impactos que a pandemia ainda trará à economia.

Como resultado das incertezas ocasionadas pelo cenário de pandemia, alguns julgamentos e estimativas adotados historicamente pelo Banco continuam sendo revisados para que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas venham a refletir com maior nível de confiabilidade a posição patrimonial e o resultado do período divulgado pelo Banco.

e) Processo de investigação

Conforme comunicado ao Mercado divulgado em 12 de novembro de 2021 e fato relevante publicado em 17 de março de 2022, a Administração do BASA tomou conhecimento, por intermédio da Corregedoria Geral da União ("CGU"), de suspeitas de irregularidades em operações de crédito contratadas com o grupo MB Capital, entre 2012 e 2014. Ditas suspeitas foram comunicadas ao Banco em 16/09/2020, por meio do ofício nº 16373/2020/NAC3-PA/PARA/CGU e ensejaram a abertura de um processo de investigação interna.

O Comitê constituído para esse fim concluiu seus trabalhos e o processo de investigação interna foi encerrado em 26/08/2022 sem que tivessem sido encontradas evidências de outras operações de crédito semelhantes que pudessem colocar em dúvida a confiabilidade das Demonstrações Financeiras ou a higidez dos controles internos do Banco. O valor integral das operações realizadas com a MB Capital já havia sido provisionado em exercícios anteriores.

Diante dos resultados obtidos, o Conselho de Administração considerou que as investigações realizadas até então eram suficientes para confirmar a confiabilidade das demonstrações financeiras, dos controles internos e dos processos contábeis do Banco. Sem prejuízo disso, foram identificadas oportunidades de melhoria, tendo sido aprovadas algumas recomendações à Diretoria Executiva, conforme sugerido pela Comissão de Investigação e pelo Comitê de Auditoria. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria do BASA permanecem acompanhando os encaminhamentos realizados pelo Conselho de Administração à Diretoria Executiva, consoante registrado nas atas das reuniões extraordinárias do Conselho de Administração, de 26 de agosto de 2022 e 26 de setembro de 2022.

Tal como anteriormente relatado, a Controladoria Geral da União ("CGU") avocou a sindicância interna aberta pelo BASA para apuração de eventuais responsabilidades disciplinares de funcionários ou ex-funcionários do Banco, em relação às operações de crédito contratadas com a MB Capital, desta forma as investigações daquele órgão continuam em andamento. Concluída a investigação interna, o BASA compartilhou com a CGU os documentos pertinentes, incluindo um relatório detalhado sobre o que foi apurado. A CGU informou o Banco que manterá sob sua competência os eventuais procedimentos disciplinares cabíveis. A Administração prosseguirá cooperando com a CGU e se mantém à disposição dos órgãos de controle para eventuais esclarecimentos adicionais.

Visando sempre aprimorar seus procedimentos operacionais e controles internos, a Administração está buscando, por meio das áreas competentes do Banco, um melhor entendimento de alguns achados não relacionados às operações da MB Capital, conforme estabelecido em suas Políticas e Normas internas de procedimento. Caso venha a ser constatada alguma prática de irregularidades merecedoras de ações disciplinares, serão adotadas as medidas cabíveis segundo as regras de governança do Banco.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Eventos subsequentes

a) Amortização do Instrumento Elegível a Capital Principal – IECF

Em consonância com as autorizações do Banco Central do Brasil em 19 de setembro de 2022 e da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento publicada (SETO) no DOU de 07 de outubro de 2022, e conforme disposto no Acórdão nº 2041/2022-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União, o Banco da Amazônia S.A., em 10 de outubro de 2022, efetivou a amortização do Instrumento Elegível a Capital Principal – IECF, no valor de R\$1.000.000 (um bilhão de reais), constituído pelo Contrato de Mútuo nº 1016/PGFN/CAF, celebrado entre a União e o Banco, em 9 de dezembro de 2014.

b) Leilão de Recompra de Cotas do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM

Em atendimento à Portaria do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) nº 2.896/2022 que regulamentou a Lei nº 14.165/2021, o Banco da Amazônia, na qualidade de Banco Operador do FINAM, realizou no dia 21 de outubro de 2022, o 1º Leilão de Recompra de Cotas do Fundo, na B³ S/A - Brasil, Bolsa, Balcão, onde foram negociadas 49.086.436.000 cotas, no valor total de R\$19.634.574,40 (dezenove milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos). Demais informações estão contidas no Fato Relevante de 10 de outubro de 2022 e no site do Banco da Amazônia.

José Maria de Lima Quinto Filho

Contador
CRC – PA Reg. 012964/O-9

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506
Ed. Evolution - Bairro Umarizal
66055-200 - Belém/PA - Brasil
Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil
Telefone +55 (91) 3321-0150
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém -PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e dos resultados abrangentes para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 28.e, a administração do Banco da Amazônia S.A. tomou conhecimento por intermédio da Corregedoria Geral da União ("CGU") de suspeitas de irregularidades em operações de crédito contratadas com determinado Grupo Empresarial nos exercícios findos de 2012 a 2014. Um plano de investigação, escalonado em fases, foi aprovado por um Comitê constituído para este fim, sendo os procedimentos internos concluídos em 26 de agosto de 2022 e os resultados encontrados foram satisfatórios e não indicam indícios de atos ilegais ou impactos sobre as informações trimestrais do Banco relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022. A CGU mantém os trabalhos de investigação, que continuam em andamento. Nossa revisão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 11 de novembro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PA-000742/F

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., relativas ao 3º trimestre 2022 (ITR) findo em 30 de setembro de 2022, e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Belém (PA), 11 de novembro de 2022.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso V da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., relativas ao 3º trimestre 2022 (ITR) findo em 30 de setembro de 2022, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 11 de novembro de 2022.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor